

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner

SECRETÁRIO DE CULTURA DA BAHIA

Antônio Albino Canelas Rubim

DIRETOR DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC

Frederico A. R. C. Mendonça

ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC

Margarete Abud

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Geraldo Moniz

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL - DIPAT

Elisabete Gândara

COORDENAÇÃO OPERACIONAL – ASTEC

Igor Alexandre Souza

TRANSCRIÇÃO DE GRAVAÇÃO EM AUDIOVISUAL

Urano Andrade

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Zeo Antonelli e Beto Cerqueira (2Designers Ltda.)

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO

Aparecida Nóbrega

Assessoria Técnica

Tel.: (71) 3117-6464 / 3117-6492

E-mail: astec.ipac@ipac.ba.gov.br

Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

Tel.: (71) 3117-7496 / 3117-7498

E-mail: dipat.ipac@ipac.ba.gov.br

Coordenação de Articulação e Difusão

Tel.: (71) 3117-6945

E-mail: coad.ipac@ipac.ba.gov.br

Ouvidoria

Tel.: (71) 3117-6461

E-mail: ouvidoria.ipac@ipac.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Tel.: (71) 3117-6490 / 3117-6673

E-mail: ascom.ipac@ipac.ba.gov.br

www.ipac.ba.gov.br

Rua 28 de Setembro, nº15

CEP: 40.020-246

Centro Histórico de Salvador - BA

Tel.: (71) 3117-6480

IPAC
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA



APRESENTAÇÃO

Durante o ano de 2011, o IPAC promoveu algumas “Conversas sobre Patrimônio”, no Auditório do Conselho Estadual de Cultura, visando colher elementos para balizar suas ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural na Bahia, em áreas que ampliam a atuação histórica da autarquia estadual. Cinco dessas conversas foram destacadas para iniciar esta nova série de publicações do IPAC.

No mês de maio, as conversas foram voltadas para a salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro, com destaque para os terreiros de candomblé, a partir das contribuições dos professores Fábio Velame e Márcia Sant’Anna / UFBA, com a moderação de Frederico Mendonça / IPAC.

Junho foi dedicado à troca de ideias em torno das relações entre patrimônio e festas populares, com a participação dos professores Jânio Castro / UNEB e Paulo Miguez / UFBA e do produtor cultural e presidente da Fundação Cultural do Santo Antonio Além do Carmo, Dimitri Ganzelevitch, contando com a arquiteta Carmita Baltar / IPHAN como moderadora.

Em Julho, as conversas giraram em torno do Patrimônio Material e Imaterial do Cortejo do Dois de Julho, envolvendo a Soledade e a Lapinha, locais fortemente relacionados com as lutas pela Independência na Bahia, contando com os professores Lula Cardoso, Mariely Santana e Ordep Serra / UFBA e a moderação da arquiteta Elisabete Gândara / IPAC.

A construção de um Sistema Estadual de Patrimônio, tomando como base a experiência do ICMS Cultural de Minas Gerais, foi o tema abordado em setembro, com as participações de Marília Palhares / IEPHA, Milena Andreola / PERMEAR-MG, Tatiana Scalco / SEPLAN e Licia Cardoso / IPAC como moderadora.

Outubro teve como tema os Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina, reunindo os depoimentos do professor Carlos Etchevarne / UFBA, Idenor Borges/ Serra das Paridas e Ednalva Queiroz / IPAC, com a moderação de Carolina Passos / IPAC.

Com esta série, objetiva-se contribuir para o conhecimento e a discussão dos diversos aspectos do patrimônio cultural baiano e, assim, aprimorar sua salvaguarda. Conversas que podem ser lidas como apostilas, “nota breve que se acrescenta geralmente à margem de uma obra, para esclarecê-la ou complementá-la”, uma “coletânea de aulas ou preleções, para distribuição, em cópias, entre os alunos” (HOUAISS), aspecto reforçado pelo Dicionário AULETE: “Conjunto impresso de aulas, capítulos ou temas para uso de alunos”.





Assento de Ogum do Terreiro Ilê Axé Ogunjá

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO



Frederico Mendonça - Diretor Geral do IPAC;

Arakem Sampaio - Conselheiro e Presidente interino do Conselho de Cultura do Estado da Bahia;

Márcia Sant'Anna - Doutora em Urbanismo;

Fábio Velame - Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Desde o histórico tombamento do Terreiro da Casa Branca pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em Maio de 1984, a salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro tornou-se tema de muitas discussões. Contribuiu para tanto a iniciativa pioneira do Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMNBA), realizado via convênio entre a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Pró-Memória e a Prefeitura de Salvador, entre 1982 e 1987. Com a promulgação do Decreto Federal nº 3.551/2000 sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial e, mais particularmente, com a Lei Nº 8.895/2003 que instituiu normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, diversas medidas de acautelamento (guardar com cautela, resguardar, defender) tem sido adotadas. O debate aqui transcrito objetiva contribuir para melhor entendimento dos desafios e das diferentes maneiras de superá-los.

Ubiratan de Castro: Bom, boa tarde a todas e a todos. Por gentileza de Fred, eu vou fazer aqui os nossos comerciais, fazer dois convites a vocês: um deles hoje, às seis da tarde, a Fundação Pedro Calmon estará lançando, no Palácio Rio Branco, o livro “Antologia Poética do Dois de Julho”, da autoria de Doutora Lizir Arcanjo, que pesquisou, desde 1830, todos os poemas relativos ao Dois de Julho e aos festejos, comentados, evidente. O outro convite é para, na sexta-feira, um seminário que se realizará na Biblioteca Pública do Estado, nos Barris, sobre “A religião do candomblé: percurso da resistência no Sul da Bahia”, e terá como expositores o Professor Rui Povoas, que é Professor da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) e organizador do KÁWÉ (um grupo de pesquisa Afro na UESC), e mais Valéria Amim, Maria Luísa Nora e Margarida Fahe, que falarão sobre o candomblé no Sul da Bahia – Ilhéus e Itabuna. O Professor Rui Povoas lançará o livro *O Feminino e a Resistência no Candomblé*, que é um livro dedicado a Dona Oxum. Então vocês todos estão convidados. Obrigado pela dica.



Igor Souza: Bom, chamo para compor a mesa nosso Conselheiro, o Presidente Interino Araken Sampaio; o Diretor Geral do IPAC, Frederico Mendonça; os professores da Universidade Federal da Bahia, Márcia Sant’Anna e Fábio Velame. Eu gostaria de dizer que, após as falas, as perguntas devem ser feitas por escrito para que possam ser encaminhadas ao moderador, que será o Diretor Frederico.

A Professora Márcia Sant’Anna é Doutora em Urbanismo pela UFBA, pesquisadora da política de preservação e proteção das áreas urbanas; há vinte anos trabalha com organismos governamentais de preservação do patrimônio cultural; entre 1998 e 2000, coordenou o grupo de trabalho, criado pelo MINC, que realizou os estudos para implantação do registro de bens culturais de natureza imaterial; foi Diretora do IPAC, Diretora do Departamento do IPHAN e, mais recentemente, dirigiu o Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN.

O Professor Fábio Velame é doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia, na área de concentração de conservação e restauro, e Professor da mesma Universidade; tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais: africanas, afro-brasileiras, habitação escrava, remanescentes de quilombos, terreiros de candomblé, afoxés, blocos afro, maracatus, congadas, marujadas, aldeias indígenas, comunidades ciganas, comunidades de fundo de pasto, ribeirinhos, colônias de pescadores e marisqueiras. Eu passo a palavra para o presidente Araken Sampaio.



Araken Sampaio: Boa tarde. Sejam bem vindos e bem vindas. É com satisfação que nós acolhemos esse grupo tão seleta e, mais uma vez, eu observo que as mulheres são – com felicidade – maioria. E isso é muito bom para o Brasil, porque antes as mulheres só eram maioria nas tendas dos beduínos. Os tempos mudam para melhor. Então, uma saudação muito especial a todas vocês. Quero dar uma saudação pessoal, é uma saudação de Sancho Pansa para Dom Quixote, ao meu amigo Ubiratan, parceiro de várias atividades. Só que ele é um Quixote realizado, ele vai derrotando silenciosamente todos os moinhos de vento e então, Sancho Pansa, sou eu! Seu seguidor. Eu gostaria que os membros do Conselho aqui presentes, alguns ainda estão por chegar, que levantassem e se identificassem, começando, por favor, pelo Paulo.



Elísio Pitta: Boa tarde, eu sou Elísio Pitta. (Palmas)



Washington Queiroz: Boa tarde sou Washington Queiroz. (Palmas)



Araken Sampaio: Bom, embora eu já tenha sido anunciado, o meu nome é Araken Passos Vaz

Galvão Sampaio, nasci em Jequié e moro em Valença. Quero dar as boas-vindas pessoais à mesa, aos professores e ao Diretor do IPAC, e dizer que não é só uma honra, mas uma felicidade muito grande nos encontrarmos para discutir cultura. Quando se fala de cultura, cultura brasileira em todos os seus matizes ou referências étnicas etc., isso sempre me comove. Sendo sertanejo, tenho uma ligação maior, talvez, com a cultura do sertão, mas sempre me lembro daquela propaganda que tinha na TVE, do Bahia Singular e Plural. Muito obrigado. (Palmas)



Frederico Mendonça: Bom pessoal, boa tarde. Mais uma vez estamos aqui agradecendo aos Conselheiros e ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura essa possibilidade de nós conversarmos sobre patrimônio. Nós verificamos que é muito importante mantermos esse diálogo constante com o Conselho Estadual de Cultura e abriremos as discussões para que nós, do IPAC, ou do IPHAN, ou da Prefeitura, ou das prefeituras, que trabalhamos com os temas vinculados ao patrimônio, possamos trocar ideias e construir convergências. Este é o grande objetivo desse projeto “Conversando sobre o patrimônio”. Hoje, temos uma satisfação muito grande, pessoalmente, porque trabalhamos com os dois – com o Fábio, fizemos algumas matérias juntos no mestrado; com Márcia, trabalhamos no IPHAN. E espero que a contribuição riquíssima que eles têm nessa área nos ajude, enquanto órgão estadual de patrimônio, a definirmos políticas de salvaguarda a esse patrimônio cultural afro-brasileiro.

Convidamos, inclusive, algumas Secretarias de Estado que têm uma interface muito próxima conosco, particularmente a SEPRONI¹ e a SEDES², porque verificamos – a gente vai ter a oportunidade de aprofundar isso mais na discussão – que várias demandas que vêm para os órgãos de patrimônio, na verdade, elas dizem respeito a demandas que nós consideramos de cidadania. Um exemplo mais vivo é a questão da regularização fundiária dos terreiros de candomblé; não apenas dos terreiros, mas de quilombos e vários espaços, sejam eles consagrados a atividades religiosas ou não. E vemos que isso extrapola a questão do patrimônio. Então, esta vai ser uma oportunidade de nós conversarmos sobre as salvaguardas, seus limites e as interfaces com os demais. Vamos convidar a Professora Márcia Sant’Anna para abrir a nossa conversa.

1 Secretaria de Promoção da Igualdade

2 Secretaria de Desenvolvimento Social



Márcia Sant’Anna: Boa tarde a todos. Quero saudar as autoridades presentes – o Professor Ubiratan; Doutor Benito Sarno, que durante muitos anos foi também presidente do IPAC; Fred, Presidente do Conselho; Araken Sampaio; Fábio, autoridades religiosas aqui presentes, colegas – e acrescentar a informação que foi dada a meu respeito, que, atualmente, eu também estou professora da Faculdade Federal da Bahia (risos), fazendo desta terceira etapa da vida uma etapa também de troca e de transmissão de conhecimento.

Bom, conversando com Fábio e com Fred, quando Fred nos procurou para falar da oportunidade que teríamos hoje de conversar sobre o assunto da salvaguarda dos terreiros de candomblé, nós combinamos que a minha fala seria um tanto introdutória, seria uma fala mais conceitual. Conversando um pouquinho com vocês sobre essa ideia de patrimônio, sobre como, então, a gente pode ver os sítios religiosos afro-brasileiros como patrimônio; também falar um pouco sobre os instrumentos de reconhecimento patrimonial, de produção de conhecimento sobre o patrimônio e, ainda, de gestão desse patrimônio, para que, em seguida, Fábio focalize mais a questão específica que é da salvaguarda dos terreiros daqui de Salvador ou do Estado da Bahia.

De qualquer modo, essa questão da salvaguarda dos terreiros de candomblé faz parte da minha vida profissional, no sentido de que eu comecei no serviço público, comecei no antigo programa MAMBA, em 1983, mapeando os conjuntos e sítios religiosos negros da Bahia. E foi lá que, basicamente, eu aprendi boa parte do que sei hoje, em contato com todas essas comunidades, em contato com os antropólogos que coordenavam esse projeto, que é um projeto histórico e da maior importância. E eu tenho a sensação que foi ali, também, que eu aprendi o significado maior dessa palavra patrimônio.

Acho que seria importante começar falando sobre patrimônio e sobre processo de patrimonialização. Por que eu digo processo de patrimonialização? Porque as coisas, dificilmente, embora isso também possa acontecer, surgem como patrimônio. Em geral, as coisas são criadas ou as práticas

O BEM
PATRIMONIALIZADO
FUNCIONA COMO
UMA ESPÉCIE DE ELO
QUE LIGA O PASSADO
AO PRESENTE E
O PRESENTE AO
FUTURO.

são propagadas e transmitidas para outras funções. Num dado momento da existência delas, há um reconhecimento dessas coisas como patrimônio, o que, de cara, já nos coloca a seguinte questão: o patrimônio é uma construção, uma construção social, uma construção que tem a ver com atribuição de valor a alguma coisa, seja essa coisa um objeto corpóreo, físico, seja essa coisa uma prática social. Como mais recentemente aprendemos, essas práticas também podem ser patrimonializadas, e elas já estão sendo; é o que se tem chamado, no mundo inteiro, de patrimônio cultural imaterial.

Bom, então a questão da atribuição de valor é essencial para a constituição de alguma coisa ou de qualquer prática como patrimônio. E esses valores, eles podem ser de natureza diversa, eles podem ser valores cognoscitivos, ou seja, aquela coisa, aquela prática que informa, concentra informações sobre a história, sobre a memória, sobre vários temas, então, ela deve ser preservada.

Por isso, como algo que concentra uma densidade muito grande de conhecimento e de informações, esses valores podem ser éticos, esses valores podem ser estéticos e esses valores podem ser também afetivos. No mínimo, alguns desses valores têm que estar atribuídos a algo para que esse algo possa ser então construído como patrimônio. Então, o patrimônio é um produto, o bem declarado patrimônio, aquele bem cultural que passa por esse processo, é, então, um produto dessa construção social fundamentada na atribuição do valor. Agora, como as coisas se tornam patrimônio?

Eu acho que elas podem se tornar patrimônio por duas vias. Uma via, que eu estou chamando individual comunitário, e uma via social estatal, oficial. No plano individual comunitário, o processo de patrimonialização é conhecido de todos nós, no sentido de que, na nossa própria vida pessoal e na nossa vida comunitária, nós estamos constantemente selecionando coisas, elegendo coisas, como coisas que devem ficar, como coisas que devem permanecer na nossa vida, na vida do nosso grupo; coisas que não devem ser descartadas, até mesmo no plano pessoal nós fazemos isso, o tempo todo, quando jogamos fora determinadas fotografias e conservamos outras. Essas fotografias são conservadas porque nós atribuímos a elas um valor especial, seja ele um valor relacionado a um momento que queremos lembrar, seja porque são belas fotografias, seja até porque são antigas, seja porque simplesmente nós gostamos delas. Mas nós separamos e guardamos, nós as conservamos e, às vezes, até procuramos transmitir essas fotografias aos nossos filhos, aos nossos netos, a quem vem depois da gente. Eu estou dando o exemplo de fotografias, mas poderia ser qualquer outra coisa.

Portanto, faz parte desse processo, ou seja, o bem patrimonializado, um bem que passa por um processo desse tipo, é visto, então, como patrimônio. Ele funciona como uma espécie de elo, de vínculo com o passado com o presente, com o momento atual, e desse momento com o futuro. Ele ganha a propriedade de fazer essa passagem, esse vínculo, de funcionar como esse fio que liga o passado ao presente e o presente ao futuro. E nós não podemos fazer isso com tudo, porque fazer isso com tudo seria equivalente a não fazermos esse processo, porque não é possível guardar tudo, não é possível conservar tudo e não é nem mesmo necessário. Algumas coisas, efetivamente, não precisam ser conservadas, e outras sim. É por isso que tanto nesse processo individual comunitário de construção de patrimônio, quanto no processo estatal oficial de constituição de patrimônio, a seleção é uma operação fundamental.

Selecionar aquilo que é representativo, aquilo que tem densidade, seja do ponto de vista cognoscitivo, ético, estético ou afetivo, para fazer justamente esse vínculo entre vários momentos e ser também deixado por esta geração atual para as gerações futuras. Por muito tempo, este processo, do ponto de vista do Estado, ou seja, o processo de selecionar algo e constituir essa coisa como patrimônio, foi uma tarefa de representantes do Estado e de especialistas. Isso foi assim durante muito tempo. Mais recentemente e, principalmente, a partir dos princípios estabelecidos pela Constituição de 1998, esse processo vem se democratizando. Vem se democratizando no sentido de que se atribui também à sociedade, aliás, reconhece-se, finalmente, que a sociedade tem um papel, também, uma participação nessa seleção, o papel de influir nessa seleção, de manifestar ao Estado sua opinião sobre essa seleção e sobre o que deve ser preservado. Então, esse processo tem se tornado cada vez mais um processo de mão dupla, não um processo unicamente de cima para baixo, representantes do Estado, especialistas ligados ao Estado, definindo dentro da sua competência o que deve ser patrimonializado, o que não deve ser patrimonializado.

Cada vez mais se caminha e se deve caminhar para uma situação em que a sociedade também é ouvida, em que a sociedade também participa diretamente dessa identificação e desse processo de atribuição de valor às coisas que devem ser patrimonializadas; quando eu disser coisas, eu estarei

sempre me referindo a coisas físicas e a coisas imateriais, porque o raciocínio é o mesmo. Surge, então, uma pergunta, que é fundamental: a gente concorda que o patrimônio é uma produção social, é uma construção social e que as coisas se tornam patrimônio a partir desse processo de atribuição de valor? Se a gente concorda com isso, outra pergunta que surge é: então, tudo é patrimônio?

Eu acho que para gente responder a essa pergunta, a gente também tem que pensar um pouco na memória, na memória humana. A nossa memória, por mais capacidade que ela tenha, ela só se mantém íntegra como memória porque ela realiza constantemente um processo de manutenção e descarte de informações. Se nós tivéssemos que manter na memória todas as informações, todas as sensações, tudo, enfim, que nós aprendemos ao longo da vida, provavelmente a gente entraria em pane. E essa memória poderia até ser prejudicada; a memória se mantém porque ela é seletiva, essencialmente seletiva, e ela vai guardando realmente aquilo que é fundamental para a nossa sobrevivência, para a nossa vida, para o nosso relacionamento com os outros, para o nosso trabalho, enfim, para qualquer uma das esferas da vida social por onde a gente transita. Este raciocínio pode ser levado também para o campo do patrimônio, no sentido de que esse processo de seleção que eu venho mencionando aqui, daquilo que vai ser declarado patrimônio ou reconhecido como patrimônio, é um processo que tem a ver também com esse processo de manutenção e de descarte. Inclusive porque o patrimônio é uma das formas de construção de uma memória social, e essa memória social também não se sustenta como memória social, se ela for absolutamente onívora, se ela abarcar tudo. Ela também é seletiva. Precisa haver um pacto social mínimo em torno daquilo que vai ser preservado e articulado com essa memória.

Assim, a seleção é de fato uma operação fundamental do processo de patrimonialização, juntamente com algumas outras, mas eu vou focalizar nesta, que eu até diria ser ela a operação fundamental! O que não significa dizer que aqueles bens culturais que não vão ser selecionados, num dado momento, eles devam estar condenados à destruição total ou à inutilidade total. De modo algum! Esses outros bens culturais que não estarão necessariamente patrimonializados, eles estarão participando de outras esferas da vida social, da esfera cultural, da produção cultural, da educação, da própria construção da cidadania, da afirmação de identidades e outras. O patrimônio não é a única via de preservação de certos bens ou de fazer com que esses bens participem da vida.

E, aí, a gente pode passar pra uma segunda ordem de questão, que diz respeito ao como preservar? Já que selecionamos, já que escolhemos aquilo que vai ser preservado, então como devemos preservar essas coisas? O campo da preservação têm vários instrumentos. Essa é uma. O próprio campo da preservação vem se constituindo assim, mas, oficialmente, desde o começo do século XIX, se a gente considerar a sua criação aquela primeira instituição de preservação na França, em 1837, se eu não me engano, o patrimônio, como uma instituição, vem construindo instrumentos para, de algum modo, aperfeiçoar e regulamentar esse processo de patrimonialização desde então. Hoje nós chegamos ao século XXI com vários instrumentos voltados para isso. Eu vou falar rapidamente de alguns; provavelmente, não vai ser possível falar de todos, mas eu gostaria de falar de alguns.

E o primeiro deles, que é fundamental para esse processo estatal de constituição de patrimônio, esse processo oficial de constituição de patrimônio, são os instrumentos de conhecimento e de identificação. Em outras palavras, os inventários de conhecimento, o modo como o Estado pode se aproximar de uma determinada área, de uma determinada realidade cultural, de um determinado sítio, e conhecer melhor essa realidade para, junto com os grupos sociais e os setores da sociedade – que, também, são articulados a essa realidade ou a esse sítio –, possam, juntos, definir e trocar informações sobre o que deve ser selecionado e, portanto, constituído como patrimônio.

Então, os inventários de conhecimento têm essa missão; eles são metodologias de identificação, mas, cada vez mais, eles são metodologias que só funcionam a contento, se forem aplicados de modo participativo. Ou seja, se esses inventários não forem realizados unicamente por especialistas e unicamente por pessoas da área de patrimônio. Eles são também, cada vez mais, vistos como metodologias de estabelecimento de contato com os grupos sociais, aos quais esses bens culturais estão relacionados, e aos grupos sociais que, na realidade, muitas vezes, concretizam a própria existência desses bens e que são, no fundo responsáveis pela existência e manutenção desses bens.

Portanto, nesses inventários, cada vez mais se busca não só construir conhecimento sobre aqueles bens culturais que se está investigando, mas, também, estabelecer um consenso com a própria sociedade e com os grupos interessados, sobre que aspectos, que elementos, que características, que questões relacionadas àquele bem devem ser objeto de atenção e de preservação; e aí incluindo os especialistas, naturalmente. Agora, a gente também pode ver o inventário de outra maneira. Não só

A SELEÇÃO É DE
FATO UMA OPERAÇÃO
FUNDAMENTAL
DO PROCESSO DE
PATRIMONIALIZAÇÃO.
O QUE NÃO SIGNIFICA
DIZER QUE OS
BENS CULTURAIS
QUE NÃO FORAM
SELECIONADOS NUM
DADO MOMENTO,
ELES DEVAM ESTAR
CONDENADOS A
DESTRUIÇÃO OU A
INUTILIDADE TOTAL.
DE MODO ALGUM!
ESSES OUTROS NÃO
PATRIMONIALIZADOS
ESTARÃO
PARTICIPANDO DE
OUTRAS ESFERAS
DA VIDA SOCIAL, DA
ESFERA CULTURAL,
DA EDUCAÇÃO, DA
PRÓPRIA CONSTRUÇÃO
DA CIDADANIA, DE
AFIRMAÇÃO DE
IDENTIDADES E
OUTRAS.

PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL
É DEFINIDO PELA
NOSSA LEGISLAÇÃO
COMO O CONJUNTO
DE SABERES, DE
CONHECIMENTOS,
DE OFÍCIOS
TRADICIONAIS,
DE FORMAS DE
EXPRESSÃO, DE
CELEBRAÇÕES,
DE RITUAIS, DE
TÉCNICAS, QUE DIZEM
RESPEITO A NOSSA
MEMÓRIA, NOSSA
HISTÓRIA, NOSSA
IDENTIDADE E QUE
SÃO ESPECIALMENTE
VALORIZADOS PELOS
GRUPOS QUE DETÊM
ESSE PATRIMÔNIO.

8 SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO

como uma metodologia de produção de conhecimento, mas, também, como um instrumento de proteção, um instrumento que pode estabelecer certo grau de proteção e de preservação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Isso já acontece em vários países do mundo. Na própria França, que, talvez, seja o país do mundo ocidental que mais cedo institucionalizou essas práticas, o inventário tem também o papel de instrumento de preservação, no sentido do estabelecimento de um pacto com a sociedade e com os proprietários dos bens culturais, sobre a preservação desses próprios bens. E é um instrumento totalmente baseado nessa negociação entre o Estado e a contraparte social, e também um instrumento baseado em incentivos à preservação, incentivos à preservação privada, tanto através de subsídios, quanto através de programas e outras formas possíveis.

Além do inventário, o Brasil tem, e vários países do mundo também têm instrumentos semelhantes ao nosso tombamento, que são instrumentos voltados, aí sim, para certa ação. Mas podem – não é que tenha que ser assim o tempo todo – também ser usados para uma proteção, inclusive compulsória. Já são instrumentos voltados para a defesa do interesse público, em contraposição a interesses privados destrutivos, vamos dizer assim. O reconhecimento de que existe o interesse público, muitas vezes até difuso, na preservação de determinado bem, mas que, eventualmente, os seus proprietários não têm interesse nessa preservação; aí, então, o Estado, com base no princípio da função social da propriedade, estabelece limites para essa propriedade e estabelece que aquele proprietário não pode destruir aquele bem, em nome do interesse público, que é maior que o interesse privado.

Esse é o instrumento do tombamento trocado em miúdos jurídicos. É assim que funciona, e ao funcionar dessa forma, a gente percebe logo, rapidamente, que ele é um instrumento destinado a coisas materiais, a coisas que podem ser destruídas por uma ação privada ou até por uma ação individual. É por isso que tanto no tombamento federal como nos demais tombamentos do plano estadual e municipal, de alguns municípios que possuem esses instrumentos, pode-se ter o tombamento voluntário, ou seja, aquele tombamento em que o proprietário ou o conjunto de proprietários concorda e deseja o tombamento, como ele pode ser compulsório, ou seja, o Estado, no seu papel de representar os interesses da sociedade com relação à preservação daquele bem, pode compulsoriamente tomar aquele bem e subtrair aquele bem da dinâmica de destruição e descarte que permeia a própria sociedade.

O registro do patrimônio imaterial é um instrumento mais novo; ele confere ao bem cultural o mesmo *status* de patrimônio que o tombamento confere, mas ele tem uma destinação diferente, ele se destina àqueles bens cujo suporte, o suporte que permite a continuidade do bem, é humano, não é físico, não é uma coisa corpórea que pode, portanto, ser marretada, destruída. Quem mantém o patrimônio dito imaterial são as pessoas, os grupos sociais que portam esse patrimônio, seja através dos conhecimentos que essas pessoas têm e que, portanto, permitem que determinada prática, que determinada técnica continue sendo aplicada, sendo utilizada – seja por meio dos gestos das pessoas, da sua performance em situações de celebrações e de expressões artísticas, seja através da valorização de determinados lugares – não porque esses lugares sejam valorizados por suas características físicas, mas porque abrigam práticas culturais que devem permanecer e que para permanecer, devem ter esse suporte do lugar.

Por isso o registro é aplicado ao chamado patrimônio cultural imaterial, que é definido pela nossa legislação como o conjunto de saberes, de conhecimentos, de ofícios tradicionais, de formas de expressão, de celebrações, de rituais, de técnicas que dizem respeito a nossa memória, nossa história, nossa identidade, e que são valorizados especialmente pelos grupos que detêm esse patrimônio. É por isso que no caso do patrimônio imaterial, o processo de seleção é totalmente atrelado à participação desses grupos que detêm o patrimônio. Eu até diria que a possibilidade de deflagrar um processo de patrimonialização, sem a participação ativa, necessária dos grupos, das pessoas que portam esse patrimônio é inviável. Até porque, esse patrimônio só poderá ser “preservado”, ele só poderá ter continuidade, se essas pessoas continuarem se importando com ele e transmitindo esse patrimônio, ou ele fatalmente desaparecerá. Então, no caso do patrimônio material, aquele cujo suporte é físico e ao qual a sociedade atribui valor, é importante haver a participação social para que se possa convencer o maior número de pessoas da necessidade de se preservar esse determinado bem, mais ainda, ela é fundamental no caso do patrimônio dito imaterial.

Muitas vezes surge a questão, e eu tenho percebido essa questão em vários debates e conversas de que tenho participado: “Ah, mas se então o bem pode ser tombado, ele então não pode ser registrado, ou se o bem é registrado, então ele não pode ser tombado”, como se fossem coisas absolutamente excludentes. Não são necessariamente! E nós podemos dar exemplos, inclusive relacionados a bens espiritualmente imateriais, como uma manifestação cultural, o próprio samba de roda, é um caso. Para que o

samba de roda continue e para que o samba de roda se transmita às novas gerações, nós dependemos dos sambadores e das sambadeiras que detêm esse conhecimento e essa habilidade e que podem transmiti-la. Mas existem eventualmente determinados instrumentos materiais ou insumos materiais que podem ser julgados fundamentais para a continuidade de uma dessas manifestações. No caso do samba de roda, por exemplo, os próprios sambadores e sambadeiras apontaram isso. Era a viola machete, uma violazinha própria do samba chula da área de Santo Amaro, que estava desaparecendo por falta de artesãos que soubessem construí-la – o último já tinha morrido – e por falta de pessoas que se interessassem em aprender a tocar essa viola e aprender o repertório ligado a ela.

E se fosse necessário, na eventualidade de só ter restado uma única viola desse tipo, ela poderia ter sido tombada como um objeto e até colocada num museu, pelo seu vínculo especial com essa manifestação. Não foi necessário fazer isso porque havia mais de uma viola. Foi possível retomar a técnica de construção dessa viola, foi possível realizar oficinas com os mestres que detinham esse saber, para a transmissão desse saber, e acabou não sendo necessário tomar a viola machete. Eventualmente, ela poderia ter se transformado num objeto de tombamento, assim como a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, do Círio de Nazaré, poderia também ser uma imagem tombada, por ser, inclusive, um elemento essencial daquela celebração.

Da mesma forma, pode haver lugares – o lugar é exatamente a convergência – que podem ser tombados e podem ser registrados. Um grande exemplo desse tipo de situação são as feiras e os mercados populares. Eles podem ser tombados para a garantia da permanência daquele espaço numa determinada configuração, ou até da sua permanência como um espaço destinado àquele uso, porque as atividades ocorrem naquele espaço, os outros bens culturais imateriais que estão vinculados àquele espaço podem também ser registrados, as coisas não são excludentes. Agora, cabe justamente a produção de conhecimento sobre o bem e não só de conhecimento sobre o bem, mas também cabe a produção de conhecimento sobre o que afeta aquele bem, em termos positivos e negativos, em termos de ameaças ou de vantagens para a sua continuidade, para que se defina o procedimento mais adequado.

Existem também algumas especificidades. Não faria sentido, obviamente, tomar o samba de roda, porque ele diz respeito às pessoas, ele é uma prática, ele é uma manifestação cultural, artística, que depende das pessoas para sua existência; por isso que ele é registrado, o que não impede que determinados aspectos materiais vinculados a ele possam eventualmente ser tombados. Da mesma forma, por exemplo, num terreiro de candomblé – agora, chegando um pouco mais para o tema de hoje –, pode ser muito mais importante tomar aquele sítio, para garantir a sua presença física e as suas características de organização espacial, de área, de tamanho e outras, do que, por exemplo, registrá-lo como lugar, embora ele também possa ser visto como um lugar, no sentido da legislação do patrimônio imaterial. Mas como, normalmente, essas áreas são áreas ameaçadas, são áreas às vezes mutiladas por determinados processos urbanos, fundiários e outros, e eu até diria que, na maioria das vezes, é muito mais importante, nesses casos, usar o tombamento do que o registro de lugar. Embora, se o terreiro for tombado nada impede que, pelo reconhecimento das atividades que ele abriga, ele possa também ser registrado como um lugar, e com isso eu queria apenas assinalar que os instrumentos não são necessariamente excludentes.

Os processos de patrimonialização apoiados no processo de registro têm contribuído pra ensinar muita coisa para o próprio processo de tombamento. Em primeiro lugar, o caráter fundamental da participação dos setores da sociedade e dos grupos sociais interessados na preservação. Até para romper com essa prática bastante antiga que ainda existe na área do patrimônio, de tombamento de coisas absolutamente de cima pra baixo – muitas vezes sem nenhuma participação da comunidade interessada – nesse ponto, o desenvolvimento dos trabalhos em torno do patrimônio imaterial tem sido de grande ajuda para iluminar certos aspectos do trabalho de preservação do próprio patrimônio dito material cultural.

E, por fim, e aí já concluindo e passando a bola aqui para o colega Fábio, eu gostaria de dizer que, com relação à Bahia, eu penso que, do ponto de vista dos terreiros de candomblé, nós estamos vivenciando um momento extremamente rico, porque há muito conhecimento produzido sobre esses sítios na Bahia e já de longa data. Nós temos vários estudiosos na Bahia que já se debruçam sobre esse assunto há muito tempo. A Bahia foi pioneira na preservação de terreiros de candomblé com o tombamento da Casa Branca do Engenho Velho, em 1984, se consideramos a reunião do Conselho Consultivo que aconteceu aqui. E, de lá pra cá, muito já se aprendeu com relação a isso. Então, eu penso que a Bahia está num momento bastante bom para discutir os critérios de seleção em relação a

OS PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO
APOIADOS NO
PROCESSO DE
REGISTRO TÊM
CONTRIBUÍDO
PARA ENSINAR
MUITA COISA PARA O
PRÓPRIO PROCESSO
DE TOMBAMENTO.
EM PRIMEIRO
LUGAR, O CARÁTER
FUNDAMENTAL
DA PARTICIPAÇÃO
DOS SETORES DA
SOCIEDADE E DOS
GRUPOS SOCIAIS
INTERESSADOS
NA PRESERVAÇÃO,
ATÉ PARA ROMPER
COM ESSA PRÁTICA
BASTANTE ANTIGA
QUE AINDA EXISTE NA
ÁREA DO PATRIMÔNIO,
DE TOMBAMENTO
DE COISAS
ABSOLUTAMENTE DE
CIMA PRA BAIXO...

É PRECISO
ESTABELECER
E DISCUTIR DE
COMUM ACORDO
COM A SOCIEDADE
OS CRITÉRIOS DE
SELEÇÃO E OS
CRITÉRIOS DE
CONSERVAÇÃO E DE
GESTÃO DOS BENS
PATRIMONIALIZADOS.
ISSO PODE E
DEVE SER FEITO
NUM DIÁLOGO
PERMANENTE ENTRE
OS ESPECIALISTAS,
OS ÓRGÃOS ESTATAIS
E AS COMUNIDADES
ENVOLVIDAS.

10
SALVAGUARDA
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL
AFROBRASILEIRO

esse universo – já que é impossível e, inclusive, não é desejável que todo esse universo seja patrimonializado, porque se fosse assim, seria totalmente equivalente a não patrimonializar nada.

Então, estabelecer e discutir de comum acordo com a sociedade esses critérios de seleção, de conservação e de gestão desses bens patrimonializados. E eu penso que isso pode e deve ser feito num diálogo permanente entre os especialistas, os órgãos estatais e as comunidades envolvidas, e para que isso possa ser uma política integrada, porque aqui nós temos tanto a esfera federal, quanto a estadual e a municipal interessadas na preservação de importantes exemplares desse universo. É preciso, também, no bojo dessa discussão, da construção desse pacto, estabelecer uma política integrada, na qual se possa ter uma clareza maior dos papéis de cada instância, das competências de cada uma e de como todas elas podem concorrer para a preservação mais ampla possível desse universo e nas melhores bases sociais e políticas. Bom, eu vou ficando por aqui porque acho que já cansei vocês com essa conversa, e devolvo a palavra ao nosso Presidente do Conselho. (Palmas)



Araken Sampaio: Eu gostaria de registrar a presença de mais alguns conselheiros que chegaram um pouco atrasados, e pedir aos três que, por favor, se levantem e se apresentem ao auditório.



Dom Gregório: Conselheiro Dom Gregório, sou Bispo da Arquidiocese de Salvador, Professor de Antropologia Cultural da Universidade Aberta de Amsterdã, na Holanda, e responsável no Conselho, pela parte de cultura clássica.



Valdina Pinto: Valdina Pinto – mais conhecida como Makota Valdina – sou conselheira representando esse segmento da religiosidade afro-baiana.



Araken Sampaio: Eu gostaria de registrar, ainda, a presença um pouco fugaz do Secretário de Cultura, Albino Rubin, que aqui esteve. Nós não quisemos interromper a palestrante; ele tinha um compromisso que não pôde adiar e se retirou. De maneira que fica aqui registrada a sua presença. Eu passo a palavra ao Fábio.



Fábio Velame: Ao Diretor Geral do IPAC e a todos os demais membros do Conselho de Cultura, assim como a toda a plateia aqui presente, porque eu acho extremamente importante a participação popular nesta discussão. Antes disso, eu gostaria de pedir licença aos meus mais velhos e aos meus mais novos, aos gaiakus, às makotas, aos tatas, aos babalorixás, às ialorixás, aos ojes presentes no recinto, para poder fazer uso da palavra, que são as pessoas e autoridades máximas no assunto, e eu apenas um jovem arquiteto que, há doze anos, venho militando nos territórios tradicionais, [cujo Exu] me levou, provavelmente, para as portas dos terreiros, dos quilombos, das aldeias indígenas e por aí nesse mundo a fora.

Bom, minha fala vai ser bastante rápida. Antes disso, eu gostaria de dedicar essa apresentação a Abdias do Nascimento, que nos deixou recentemente. Eu espero que essa apresentação esteja à altura da pessoa que ele foi durante a vida. Minha fala vai tratar basicamente de dois pontos: sobre o cenário institucional no qual estão inseridos os territórios tradicionais na contemporaneidade; depois irei trabalhar uma questão que está na legislação estadual do tombamento, que é a questão da singularidade arquitetônica aplicada aos terreiros de candomblé, questionando esse critério. Por último, jogar a bola pra cima, para a plateia, para refletir sobre como o IPAC pode trazer e implementar uma política pública para esses territórios.

No tombamento da Casa Branca, realizado – como a Professora Márcia falou – em 1984, e até

recentemente, em 2003, nós passamos praticamente vinte anos da nossa República tendo o tombamento como único instrumento voltado para o reconhecimento e a proteção dos terreiros de candomblé. A partir de 2003, isso começa a mudar. É criada a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – e, a partir daí, se institucionaliza no país uma política voltada para os territórios tradicionais, a saber, comunidades remanescentes de quilombos, templos afro-brasileiros, comunidades ciganas, aldeias indígenas, comunidades de fundo de pasto, populações ribeirinhas, marisqueiros e pescadores, além de outras comunidades.

A partir da criação da SEPPIR, há uma redefinição do quadro das atribuições, um redesenho das atribuições da Fundação Cultural Palmares, da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – e do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Temos uma construção institucional de órgãos voltados para esses públicos, nos estados e nos municípios. Aqui, no estado da Bahia, foi criada a SEPROMI – Secretaria de Promoção da Mulher e da Igualdade Racial, no último governo de Jaques Wagner; temos a SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – e, como braços executores desses dois órgãos voltados para esse público, temos a SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – e a SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia, e na esfera municipal, a Fundação Gregório de Mattos e a SEMUR – Secretaria Municipal da Reparação – que foi criada também com esse objetivo. Os municípios do interior, paulatinamente, estão implantando os seus Conselhos Municipais da Reparação e da Igualdade Racial e, também, as suas secretarias.

1 – Cenário institucional: política pública.

1.1 – Do tombamento da Casa Branca à criação da SEPPIR: 1986 a 2003.

1.2 – Territórios tradicionais: quilombos; terreiros, ciganos; aldeias indígenas; comunidades de fundo de pasto; vilas de pescadores, marisqueiros e ribeirinhos.

– Esfera federal: SEPPIR, FCP, FUNAI, INCRA, IPHAN.

– Esfera estadual: SEPROMI, SEDES, SEDUR, SUCAB, IPAC.

– Esfera municipal, Capital: SEMUR, FGM. Interior: Conselhos Municipais e Secretarias de Promoção da Igualdade Racial.

Ou seja, a partir de 2003, há uma mudança no cenário. O IPAC e o IPHAN passam a ter outros parceiros na patrimonialização e na preservação desses espaços. Mas surge uma grande questão, que é paradoxal e contraditória. A partir de 2003, à medida que são criadas diversas instituições, nas três esferas, também não param de chegar solicitações de tombamento ao IPHAN e ao IPAC. Pelo contrário, aumentaram essas solicitações. O que é que ocorreu? Os terreiros se mobilizaram, tiveram maior conscientização política, começaram a lutar pelos seus direitos, a buscar seus direitos, também teve um processo de limitação dessa estrutura que está sendo proposta. Aconteceu, a meu ver, tudo isso. Mas eu vou focar aqui nos limites institucionais que, basicamente, são três.

Todos nós sabemos que para a implementação de qualquer política pública são necessários três itens fundamentais: 1º, a constituição de um aparato institucional; 2º, a construção de um fundo de recursos, porque sem dinheiro ninguém faz nada; 3º, um quadro técnico para implantar as políticas públicas que vão sendo desenvolvidas.

Bom, há uma questão fundamental: a fragmentação. Há uma sobreposição de funções, de atribuições; o povo de santo não sabe em que porta bater. Citando Rafael Sanzio, da UNB, que é um dos principais pesquisadores dos quilombos, em um curso sobre os Quilombos do Brasil que fiz, ele argumentou que “os territórios afro-brasileiros são órfãos de pais vivos”. O que é que ele quis dizer com isso? É exatamente a falta de tutela e de responsabilidade de um órgão específico para o gerenciamento de toda essa política. Então, o que acontece? Vejamos três exemplos.

Está sendo feito o mapeamento dos terreiros do Recôncavo baiano e do Baixo Sul, pela SEPROMI, do qual participei na elaboração do termo de referência e, ao mesmo tempo, a SEDES desenvolveu recentemente uma política de cartografia social e étnica, na qual tive participação efetiva, tanto para Salvador quanto naquela região e no sertão baiano, em que estes dois órgãos poderiam muito bem estar trabalhando conjuntamente. Quando eu trabalhei na Fundação Cultural Palmares, fazendo o projeto de reconhecimento do patrimônio material e imaterial afro-brasileiro – realizado totalmente em Salvador, e parcialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife –, elaborou-se um conjunto de documentações, que era o mesmo que estava sendo elaborado pelo IPHAN, para o tombamento dos terreiros, ou seja, verbas, recursos e técnicos fazendo a mesma coisa. Esse é um exemplo básico.

E os desdobramentos disso, como isso se desdobra na prática? Foi feito o mapeamento dos terreiros de candomblé de Salvador pelo CEAO/UFBA, do qual fiz parte sob a coordenação do Prof. Jocélio Teles, com verba da SEPPIR, Fundação Palmares e de emendas parlamentares, com o objetivo básico de fazer a regularização fundiária pela SEHAB, que é a Secretaria Municipal da Habitação, e, também, fazer as intervenções de conservação pela SEMUR, que é a Secretaria Municipal da Reparação. Todavia, em função da falta de recursos, pela ruptura da conjuntura política, isso não foi implementado. Foi feito um trabalho de mapeamento profundo, durante dois anos, com esse objetivo e, até agora, em termos de regularização fundiária, em nossa cidade, muito pouco foi feito; em relação a intervenções pela SEMUR, também.

O segundo ponto, são os recursos. Todos esses órgãos que foram criados vivem de um orçamento muito pequeno, na instância federal, estadual e municipal, e vivem basicamente, também, de emendas parlamentares. A verba que se tem hoje, porventura, pra realizar as conservações vem de uma ou outra emenda parlamentar. O mapeamento dos terreiros de Salvador foi feito, em grande parte, com emenda parlamentar. Então, sem recursos financeiros, sem uma base não se consegue implementar uma política consistente a médio e longo prazos, uma coisa constante. O que ocorre são projetos pontuais, nos quais não se chega a um objetivo, uma meta pré-estabelecida, de larga escala.

Nós temos um universo de 2.250 terreiros, só em Salvador, Recôncavo baiano e Baixo Sul – são 1400 na cidade de Salvador e 850 nessas duas regiões. Temos cerca de 98 aldeias indígenas distribuídas por 23 etnias, concentradas no Sul, Extremo Sul e Sertão baiano. Temos 65 acampamentos ciganos, concentrados no Sul e Recôncavo baiano, assim como na região de Feira de Santana. Temos ainda cerca de 549 comunidades remanescentes de quilombos já mapeadas, sem falar em dezenas de comunidades de fundo de pasto e centenas de comunidades marisqueiras, de pescadores e ribeirinhos. Portanto, sem um fundo de recursos fica difícil atender essa demanda.

Um terceiro aspecto é quadro técnico. Esses órgãos que foram criados possuem muito um perfil de planejamento e de articulação; não possuem um perfil de execução e de gestão daquilo que está sendo implementado. Por exemplo, o caso dos famosos 53 terreiros que estão sendo reformados, que estão sendo objeto de intervenção, qual foi o percurso desta história? A verba veio da SEPPIR, foi encaminhada para a SEPROMI, que organizou o projeto. Depois, foi encaminhado para a SEDUR, que é o braço executor da SEPROMI, que elaborou o programa. Da SEPROMI foi encaminhado para SEDUR; a SEDUR elaborou toda essa configuração, montou todo o projeto, que, em seguida, foi encaminhado para a SUCAB, que é o órgão do Estado que faz a manutenção das edificações das Secretarias Estaduais. A partir daí, eles montaram o edital de projetos e os editais de obras. Os editais de projetos foram para os grandes escritórios de arquitetura do Estado da Bahia. Escritórios que foram formados nos finais dos anos noventa e que terceirizaram todos os projetos desses terreiros com os pequenos escritórios de arquitetura do estado, que, por sua vez, desenvolveram os projetos sem a participação popular, sem a cooperação das comunidades do povo de santo, sem ouvir os líderes religiosos e acabaram criando vários problemas na sua implementação. As obras estão aí totalmente atrasadas e paradas. O projeto acabou indo para a mão de uma ONG importante e séria, a ACBANTU, que está atualmente gerenciando, está à frente desse processo. Então, observa-se como foi feita essa trajetória. A verba veio da esfera federal, da SEPPIR, da SEPPIR foi para a SEPROMI, da SEPROMI foi para a SEDUR, da SEDUR pra a SUCAB, e da SUCAB para a ACBANTU. Existe aí realmente uma desestruturação na implementação dessas políticas.

Outro aspecto é a questão do perfil desse quadro técnico. Ele precisa ser multidisciplinar: ter historiadores, antropólogos, assistentes sociais, economistas, agrônomos, veterinários, engenheiros, arquitetos e urbanistas para trabalharem conjuntamente na questão. E a política dos editais. Acho que os editais são extremamente importantes para a democratização do acesso às comunidades. No entanto, tem um grande empecilho; qual é? A maioria das populações tradicionais, no caso dos terreiros de candomblé, não possui muito acesso a esses editais porque são populações com baixo poder de informação, de instrução – muitas delas com elevado índice de analfabetos – que não chegam a ter acesso a esses editais, e quando têm, não possuem um quadro técnico, pessoas capacitadas e preparadas dentro do seu corpo comunitário, para elaborar esses projetos. Então nós temos uma demanda muito grande, de um lado, uma demanda reprimida, e do outro lado, o instrumento utilizado, que é o edital, não é o instrumento mais adequado.

Basicamente, é isso o que eu tinha para falar a respeito dessa conjuntura institucional, na qual nós estamos inseridos.

O segundo aspecto é a singularidade arquitetônica. A legislação estadual coloca como critério de tombamento a questão da singularidade arquitetônica. Bom, o que é isso? Singularidade quer dizer algo único, autêntico, particular, que está dentro de um recorte, dentro de um universo, dentro de uma configuração espaço-temporal. Singular é a coisa particular. Mas, nos terreiros de candomblé e, também, nos demais territórios tradicionais, o singular não constitui uma exceção dentro desse universo, de uma regra, mas ela constitui a própria regra. Vivemos em um universo de pluralidade, de diversidades, de multiplicidades de configurações formais, no qual apenas o critério da singularidade arquitetônica não é suficiente no processo de tombamento. E aí, o que é que acontece? O que é que surge? Surge a questão do valor, que outrora era circunscrita aos valores históricos e estéticos, e hoje, na contemporaneidade, foram ampliados para um leque muito maior, abrangendo a cultura, os valores culturais, valores esses criados, regidos e atribuídos por essas diversas comunidades.

2 – Singularidade arquitetônica:

2.1 – Multidisciplinaridade e crítica: história, antropologia, artes, arquitetura.

2.2 – Os valores do patrimônio a ser preservado.

Eu trouxe alguns exemplos. Esse é o terreiro Pé de Cajá, lá em Cachoeira. Ele pode ser dito como algo singular, porque a árvore fura o telhado do barracão; essa árvore é o elemento gerador dessa arquitetura. Quantas casas vocês já viram e conhecem que a árvore fura o telhado? É uma árvore sagrada? Ela tem motivo suficiente para ser tombada? Será? Eu acho que não. Por quê? Ela não constitui um único exemplar de terreiro, cuja árvore sagrada fura o telhado; existem inúmeros terreiros no Recôncavo e em Salvador também, que possuem essa característica. Todavia, qual o valor que essa árvore possui para essa comunidade? Qual o valor desse terreiro para a comunidade de povo de santo do Recôncavo baiano, da Bahia e do Brasil? Por que tomar esse terreiro? Qual o motivo de registrá-lo como lugar ou registrar como manifestação cultural na Fundação Palmares?



O Capivari é o segundo terreiro do Recôncavo e data de 1860, fundado por um africano chamado Anacleto Urbano da Natividade, que salvou a população escrava de várias fazendas de São Felix e Cachoeira, durante uma epidemia de cólera que aconteceu durante 1860. É um dos principais terreiros da região, que constitui a base da nação Nagô-Vodum, a qual é predominante em todo o Recôncavo baiano. A árvore consagrada, onde está o assento de Obaluaîê, foi cultuada por ter salvado a vida de dezenas de escravos e pessoas durante a epidemia de cólera que abateu a região e, a partir dela, se edificou o terreiro. O valor que se atribui à árvore que rasga o telhado do barracão e, por conseguinte, ao terreiro, é que deve ser o mote da análise.

Este é o Lobanekum, também na zona rural de Cachoeira, na Terra Vermelha. Ele possui como singularidade arquitetônica uma diversidade de pinturas ao longo do seu barracão, com uma riqueza pictórica fantástica, que incorpora as obrigações e os rituais; mas será que por isso ela é suficiente para fazer uma medida de proteção? Talvez não, talvez sim, vai depender do valor atribuído a essas pinturas. Essas pinturas podem incorporar diversos valores: culto, rituais, ancestralidade, parentesco etc. Ela se caracteriza, ainda, pelo fato de as iniciantes, as iaôs, não rasparem o cabelo durante a iniciação, tal como nos candomblés de caboclo. Elas são chamadas de cabeludas, no Recôncavo; qual o valor que a comunidade atribui a esse ritual?



Este é o Ventura, o famoso Ventura, primeiro terreiro do Recôncavo, da nação Jeje-Mahi; está em processo de tombamento no IPHAN. Este terreiro tem a singularidade de ter funcionado, simultânea e sistematicamente, em três lugares diferentes, durante o final do século XIX e início do século XX. Ele funcionou como uma rede: na Casa Estrela, no centro de Cachoeira — uma das casas sedes da Irmandade da Boa Morte, onde Ludovina Pessoa, uma das fundadoras do Ventura, residia e iniciava as suas filhas — as vodunces —, que aí moravam durante um ano, eram iniciadas e somente nas festas iam pra Roça de Cima, a segunda casa, e ainda a Roça da Baixo, a terceira. Será que esse caráter de rede é fundamental e é prioritário como singularidade arquitetônica para o processo de tombamento deste terreiro? Mais uma vez, vai depender do valor que se atribui a esses lugares.



Aí é outro exemplo, o Aganju Didê, todo feito de taipa, constitui um labirinto arquitetônico e tem duas especificidades: um valor histórico, porque foi aí onde a mãe de santo Judith Ferreira do Sacramento exerceu, como figura principal, resistência tenaz à perseguição policial no Recôncavo baiano. E neste terreiro tem também uma obrigação, que só acontece lá e que vem do terreiro do Pé de Cajá, da época de Anacleto Urbano da Natividade: a obrigação a Obaluaiê, em agradecimento aos trabalhos que foram feitos para salvar a população escrava da região, na época da epidemia de cólera, já referida. O tombamento, registro ou qualquer outra medida de salvaguarda deste terreiro vai depender do valor atribuído a essas duas características singulares do terreiro: a memória de Mãe Judith como bastião da resistência e a obrigação de Obaluaiê.

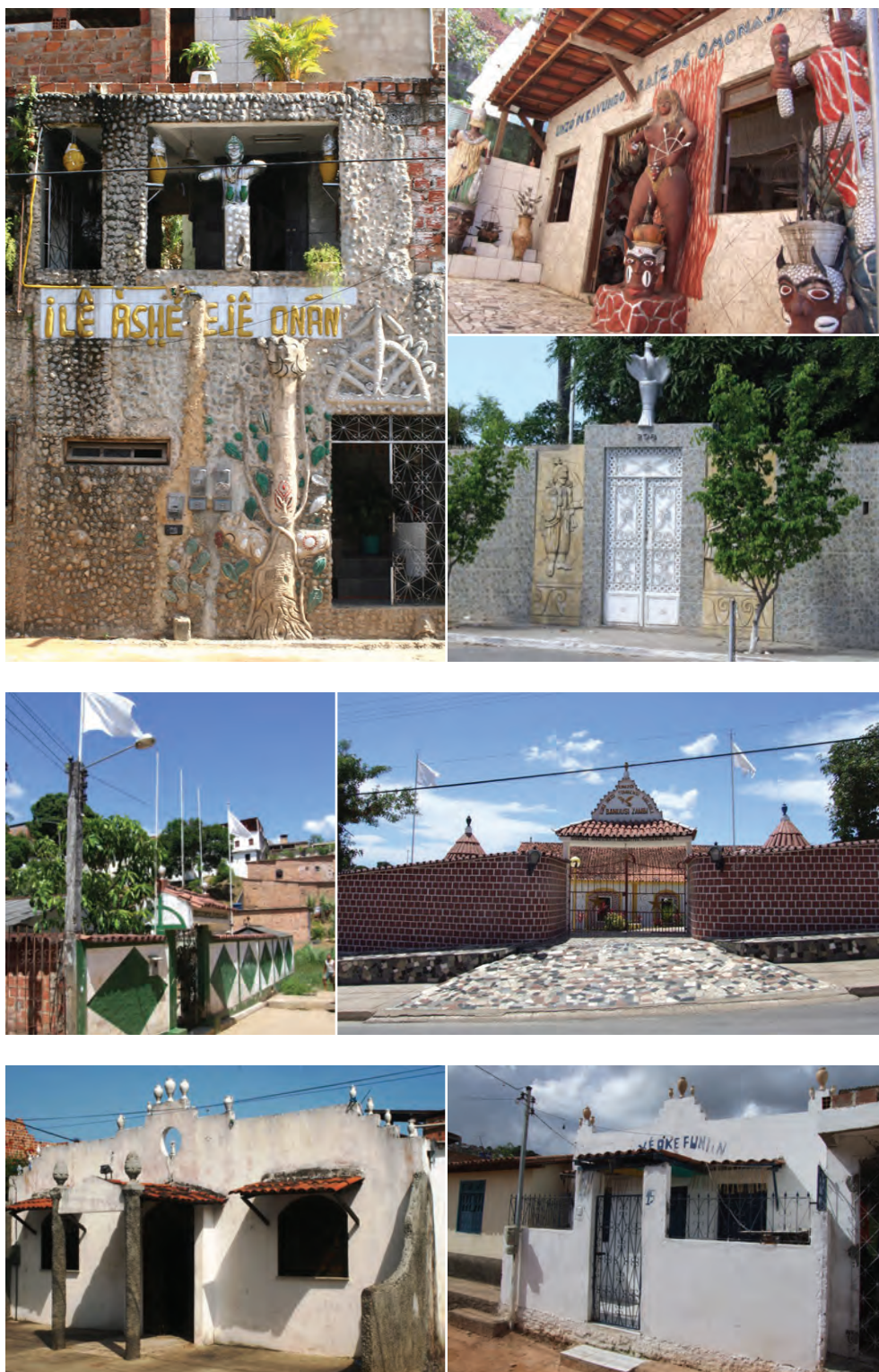


Esse é o famoso Omo Ilê Agboulá de Itaparica, que tem processo de tombamento também, no IPHAN. É patrimônio material e imaterial pela Fundação Palmares e possui, como singularidade arquitetônica, o Ilê Aiô o Lessem, que é o lugar dos assentos dos ancestrais, dos eguns, onde são feitos, iniciados os sacerdotes do culto aos ancestrais e, também, onde estão os assentos coletivos. Possui uma espacialidade em rede por funcionar em três lugares simultaneamente. Foi fundado nos anos 40, na orla, depois da perseguição policial teve que se transferir para o Barro Vermelho, mais em cima, onde funcionou dos anos 40 até os anos 60, quando a Ilha de Itaparica passou por um processo de adensamento e criaram diversos loteamentos e aquela área foi tomada pela especulação imobiliária, perderam áreas de matas rituais, perderam a fonte sagrada de Oxum. Mãe Senhora, na época, era a lá Egbé da casa, comprou um terreno lá em cima que é onde está localizado o terreiro hoje. Esses três espaços são utilizados simultaneamente, no cotidiano, para os rituais, obrigações, tiradas de folhas, ervas sagradas e medicinais. Na África, no Império iorubá de Oiô, os eguns tinham diversas atribuições na vida social, econômica, política, religiosa, cultural, militar; no Brasil, a sociedade de culto aos mortos, ancestrais, permaneceu no sentido de dar coesão a comunidades afro-brasileiras através do culto aos mortos que regiam o cotidiano dos seus membros. Na página seguinte uma festa de Babá, na Ilha de Itaparica. Este culto mantém a coesão comunitária desta população, e sua vida cotidiana é regida pela questão da ancestralidade, a relação da vida e da morte. O que é a vida? O que é a morte, no universo do candomblé, que eles incorporam com bastante propriedade? Mas será que esses aspectos são suficientes para uma medida de proteção? Os valores atribuídos a esses lugares, as construções e suas espacialidades, os rituais, as indumentárias dos eguns falarão se são relevantes ou não para o seu tombamento.



Alguns exemplos de Salvador. Temos uma verticalização em Salvador, bastante tenaz. Cerca de 65% dos terreiros de Salvador são casas de até 360 m², com no máximo cinco cômodos. Essa é a realidade em nossa cidade. Muito longe da relação “urbano-mata”, de Juana Elbein, ou da “África em miniatura”, de Bastide. Então, os barracões estão nas lajes; como é isso? Como é essa ressignificação do Axé em nossos terreiros? Outros exemplos. Será que essas questões pictóricas, essas pinturas ressignificadas nas fachadas seriam algo que dá singularidade a essa arquitetura, o suficiente para tombá-los? Mais uma vez estamos diante dos valores – o que essas pinturas desvelam? Como elas se conectam com a dinâmica dos terreiros, com o axé da casa?





Ou terreiros que apresentam grande quantidade de esculturas e que essas esculturas compõem os espaços arquitetônicos dos templos, também seriam suficientes para esse tipo de conservação? E outros terreiros, que se apropriam de linguagens mais ocidentalizadas, tipo castelos com suas torres, com seus estandartes e outros mais pitorescos, com uma arquitetura mais simples, mais singela, mas que trabalha com as platibandas e um desenho com as quatinhas delimitando toda a fachada das edificações.

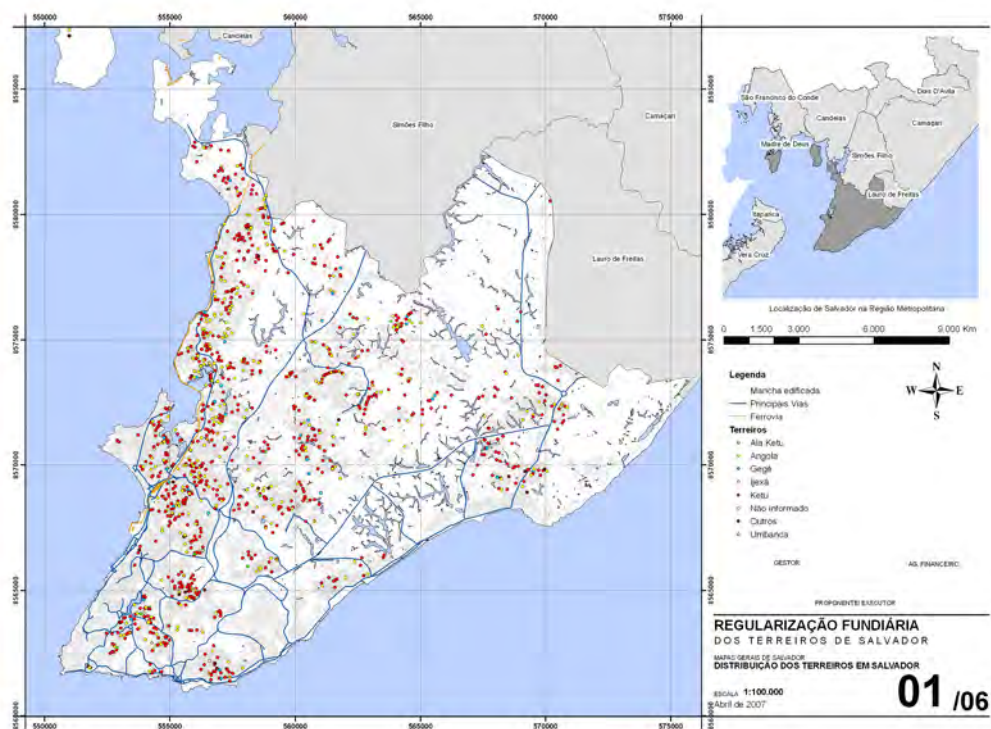
Bom, é isso que eu acho. Mostrei esses exemplos todos para vocês, principalmente para refletir e mostrar que a singularidade arquitetônica no universo do candomblé não é uma exceção dentro de um universo, mas constitui a regra; é o próprio universo, é o universo da multiplicidade, da diversidade, da pluralidade, e a baliza do que fazer — se tomba, registrar, elaborar planos de salvaguarda, vai depender

de um predado, o valor que se atribui ao bem que se quer preservar pela coletividade. Só em Salvador, nós temos mais de 43 nações e a singularidade não pode ser, de forma alguma, um critério autônomo, independente e principal para o tombamento. Mas sim, um trabalho multidisciplinar, participativo, com a mobilização das comunidades; um trabalho entre o arquiteto, o historiador, o antropólogo, cuja tarefa é um trabalho crítico sobre esses valores atribuídos e específicos dos terreiros que estão sendo analisados.

Bom, o que é que eu pensei para o IPAC, já que o que nos trouxe aqui, trouxe a Professora Márcia Sant'Anna e trouxe vocês é exatamente essa questão de fundo: o que fazer com os terreiros que batem à porta, sistematicamente, do IPHAN e do IPAC? Pensei em dois inventários: o inventário dos terreiros, aproveitando o mapeamento dos terreiros de candomblé, feito, durante dois anos, pelo CEAO, e o mapeamento do Recôncavo baiano e do Baixo Sul, que está sendo feito pela SEPRONI. Com esta base que já existe, a questão é aprofundar em termos de inventário, tendo como princípio as nações. O inventário por nação seria uma questão mais democrática e de justa medida.

Num segundo momento, tem a participação das comunidades de terreiro, das representações ACBANTU, AFA, FENACAB e, a partir daí, uma discussão entre elas para eleger critérios quantitativos ou até mesmo qualitativos para que em uma terceira etapa de rodadas, que aí está o trabalho mais importante, que é essa discussão com o povo de santo, um trabalho multidisciplinar, no qual os historiadores, antropólogos e arquitetos, trabalhando juntos, vão sentar com essas comunidades e, criticamente, buscar os valores que vão reger os tombamentos e/ou os registros de lugares. Valores que podem ser os mais diversos: linguísticos, ancestrais, rituais, espaciais, arquitetônicos, de culto, culturais, históricos, parentesco etc.

Um segundo ponto que eu gostaria de chamar a atenção é o inventário, também necessário, dos lugares sagrados na cidade. Nós não podemos nos centrar apenas no terreiro enquanto espaço delimitado, físico, sagrado, onde acontecem essas manifestações litúrgicas, mas na cidade, principalmente, na nossa cidade de Salvador, onde os terreiros se irradiam. Então, os espaços públicos, praças, parques, avenidas, ruas, terrenos baldios, terrenos vazios, áreas verdes da cidade também são usados no cotidiano pela população, pelo povo de santo da nossa cidade, principalmente em Salvador, onde mais de 60% dos terreiros não tem mata.



Eu aí lhes pergunto, e os terreiros não têm mata? Não tem no seu espaço físico interno, mas eles a possuem na cidade. Elas estão nos parques, nas praças, nos terrenos baldios. E o que fazer com isso? Vamos ver o mapeamento que foi feito dos terreiros de Salvador. Vou passar rapidamente pra vocês a sua distribuição, por nação. Tem a localização e a distribuição por macrorregião: 30% dos terreiros de Salvador se concentram no Subúrbio Ferroviário; a segunda área de concentração é no Miolo, principalmente no Cabula, e, atualmente, eles estão se expandindo para a área de Cajazeiras; na orla de Salvador, temos estes três pontos: Itapoã, Nordeste de Amaralina e Boca do Rio.

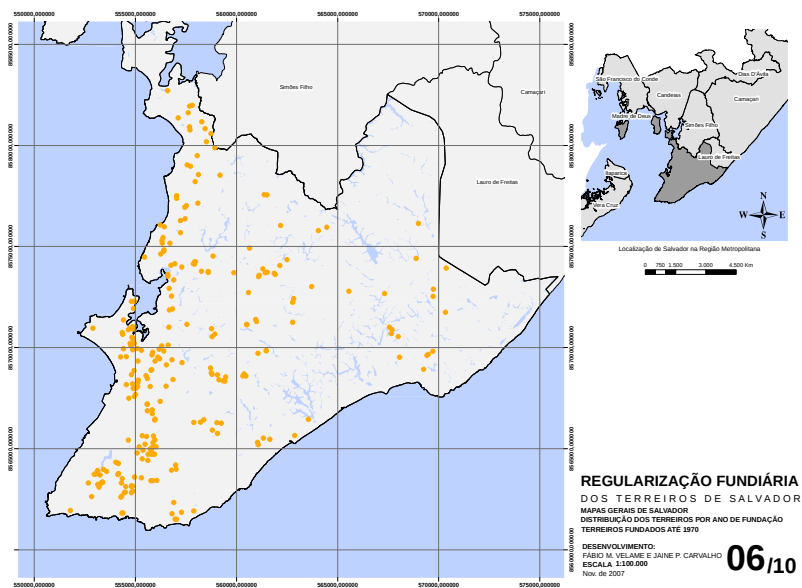
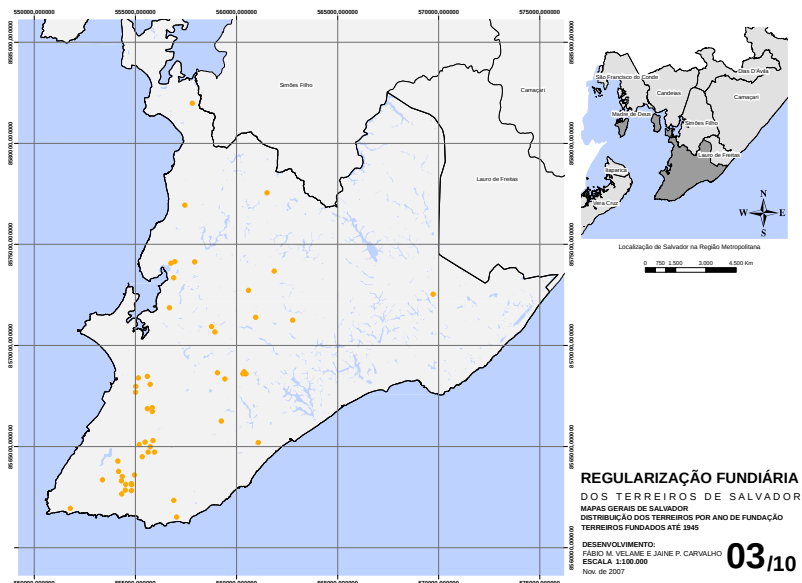
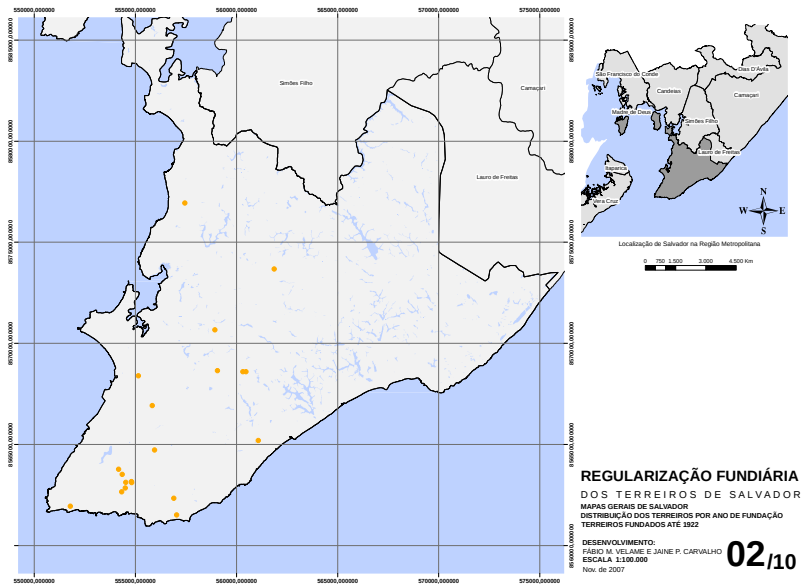
A segunda escala trabalhada foi por bairro; foram levantados os terreiros por nação, em cada bairro da cidade de Salvador. Temos exemplos de Plataforma, do Nordeste de Amaralina, Itapoã e Cajazeiras. São os quatro polos, hoje, de maior adensamento e de presença dos terreiros da cidade. E, depois, foi feito um a um, dos 1.410 terreiros existentes, foram levantados 1.175. Algumas casas estavam fechadas, outras se mudaram para a Região Metropolitana de Salvador, e outras fechadas porque os pais e mães de santo morreram, estavam de luto, os pesquisadores não tiveram acesso aos terreiros. O luto no Candomblé leva cerca de um ano. Mas esse universo de 1.175 terreiros de candomblé de Salvador que foi registrado, foi levantado, pode muito bem ser utilizado tanto pelo IPHAN, quanto pelo IPAC, em um trabalho cooperado, de base, pra se fazer um inventário por nação e, a partir daí, se trabalhar as políticas de preservação.

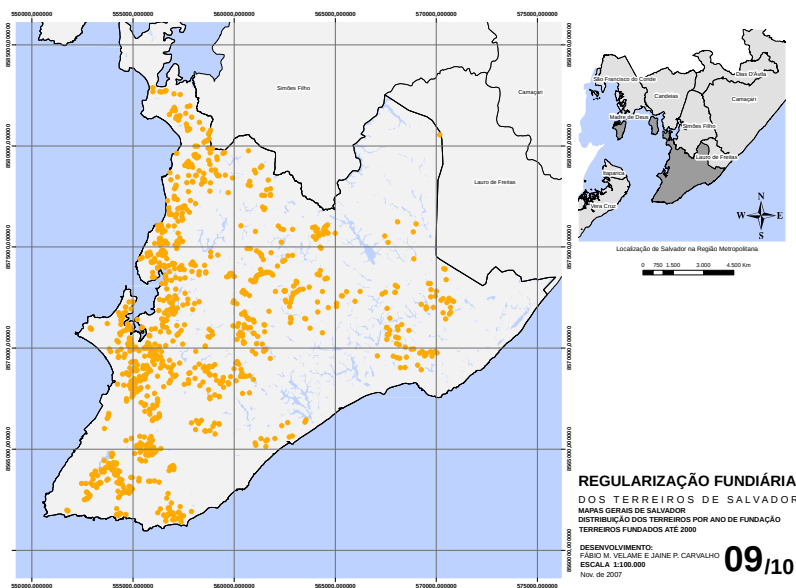
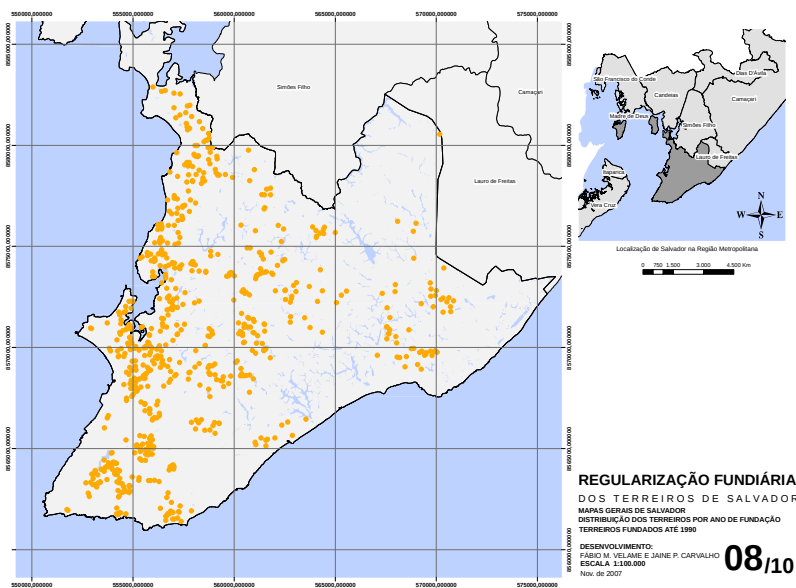
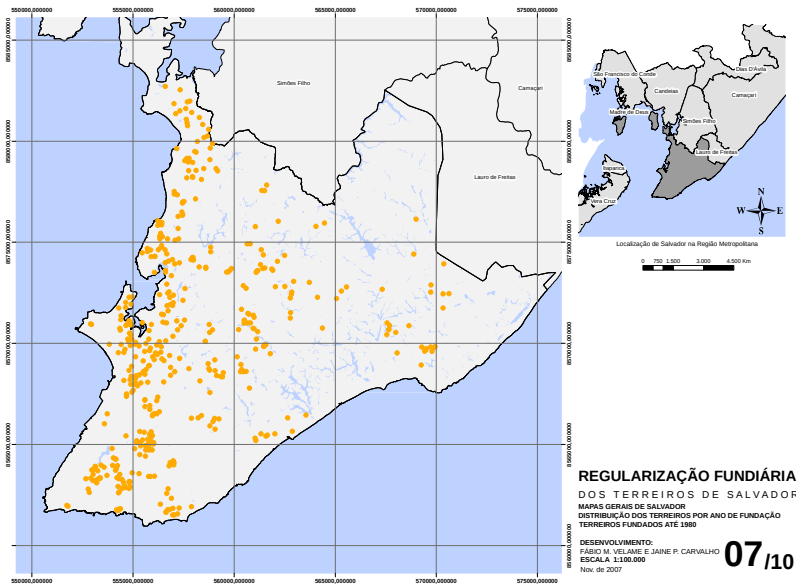
Os espaços sagrados na cidade, que é o nosso grande dilema atual, é a nossa outra preocupação. Preservar o terreiro é preservar, na realidade, o fluxo de axé. O que interessa é a alimentação, potencialização, fortalecimento, desenvolvimento, distribuição do fluxo de axé, ou seja, esse processo dinâmico de fluxo de axé, no fundo, preservar o terreiro é isso. Então, se nós temos 65% dos nossos terreiros sem mata, se nós não preservarmos nossos espaços públicos, nossas matas na cidade, nós não vamos preservar os nossos terreiros, esse é um grande dilema. (Palmas)

Na página seguinte outro mapeamento que foi feito. Eu vou apresentar rapidamente, só para mostrar as transformações urbanas, mostrar como os terreiros foram crescendo a reboque do crescimento urbano de Salvador, e a grande dificuldade que nós temos hoje, da conservação das nossas matas. O primeiro mapa é no início do século XX, a ocupação na Vasco da Gama, Brotas, Engenho Velho da Federação. Lógico que existiam diversos terreiros no Centro Histórico de Salvador, no século XIX. O trabalho de João Reis e Jocélio Teles, mais recente, comprova isso, através do jornal *Alabama*. Nos anos 40, começa a ocupação dos terreiros no Miolo da cidade de Salvador, na área do Cabula e em alguns pontos ali do Subúrbio, principalmente, na Liberdade e Plataforma. Nos anos 70, e aí é curioso, depois que acaba a perseguição policial, quando o candomblé deixa de ser considerado folclore e passa a ser respeitado como religião, os terreiros cresceram 68%; um dado importante. Depois dos anos 70 e da industrialização da RMS, a expansão urbana de Salvador, a gente tem o quê? Uma ocupação maciça dos terreiros no Subúrbio Ferroviário, em Plataforma, na Liberdade, e até o final do Subúrbio Ferroviário, por causa da BR 324, desse outro vetor de crescimento da cidade.

Nos anos 80, ocorre uma consolidação e um crescimento dos terreiros no Miolo, principalmente na região do Cabula, Sussuarana, aquele bairro ali do lado do Cabula, Mata Escura e Engomadeira, principalmente na Mata Escura, e se inicia o processo de ocupação de Cajazeiras; os terreiros começam a migrar para Cajazeiras. Nos anos 90, há um crescimento interessante de terreiros em Itapoã, esse bairro tem *boom* de terreiros nessa área; e cresce substancialmente, em termos de 40%, os terreiros na área de Cajazeiras. Ou seja, os terreiros começam a procurar áreas menos adensadas, áreas onde existam matas e onde possam realizar as suas atividades litúrgicas. Atualmente, do ano 2000 aos nossos dias, é essa a configuração: 30% dos terreiros concentram-se no Subúrbio Ferroviário; 22% no Miolo da cidade de Salvador; e temos esses três bolsões: Itapoã, Nordeste de Amaralina e Boca do Rio. É curioso que começou uma grande migração para a Região Metropolitana de Salvador. Nós fizemos esse estudo em Salvador; ele está sendo feito agora no Baixo Sul e no Recôncavo. Eu estou curioso por um mapeamento da Região Metropolitana. É extremamente importante a gente avaliar, ter uma noção de quantos terreiros estão migrando para lá, nas últimas duas décadas. Com terrenos mais baratos, matas, áreas maiores para se realizarem os rituais e as obrigações.

E aí, o que aconteceu na nossa cidade? As intervenções urbanas, as aberturas das avenidas de vale, a ocupação informal, a especulação imobiliária reduziram drasticamente a área de matas dos terreiros. Nós temos, por exemplo, o Oxumarê. O Oxumarê, depois da abertura da Vasco da Gama, perdeu 50% de sua área. Depois tem uma intervenção de uma passarela da Prefeitura de Salvador, nos anos 80, que ia cruzar praticamente a outra metade. A população e a comunidade se mobilizaram, fizeram a



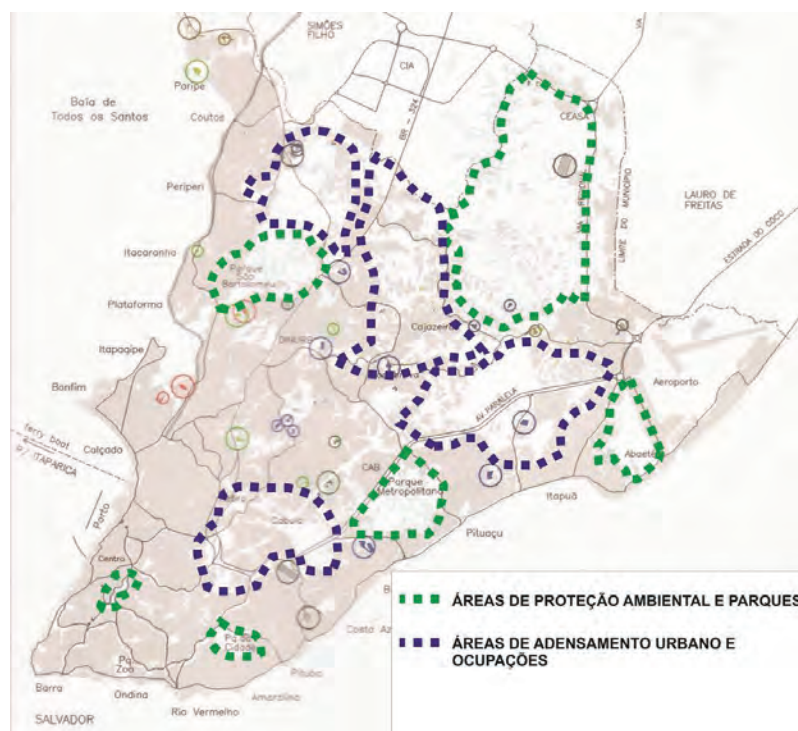


proposta de redesenho dessa passarela, que foi acatado, e a configuração do Oxumarê, hoje, é essa daí, praticamente 30% da área original.

O caso do terreiro do Cobre, esse aqui do lado, é ainda mais emblemático, porque ele perdeu 95% de sua área. Imagine, hoje, o terreiro do Cobre se restringe a apenas 5% de sua área original. Aqui nós temos o complexo da Casa Branca, do Bogum e do Patati; o Bogum também sofreu o mesmo processo. Tanto o Bogum, quanto o Patati Obá sofreram o mesmo processo do terreiro do Cobre; se restringiram praticamente a 10% de sua área de mata original. O que ficou foi o da Casa Branca, provavelmente graças ao tombamento.

E aí é o nosso cenário atual, a configuração da nossa cidade. Nós temos como áreas preservadas pela legislação, Pituacu, Parque da Cidade; temos ali o Dique do Tororó, o Parque do Abaeté, o Parque São Bartolomeu – aquela APA no final da Cidade de Salvador. Estamos, nessas áreas em azul, áreas em processo de adensamento, áreas livres, áreas de mata utilizadas pelo povo de santo. Um adensamento pesado na área do Cabula; temos a invasão da Avenida Paralela, a ocupação da área de Cajazeiras pelo projeto “Minha casa minha vida”, e, principalmente, por ocupações informais. E aquela área do Subúrbio Ferroviário, que era a última área que existia de vazios urbanos, está começando a ter ocupação mais recente, do final dos anos 90, início dos anos 2000. E aí, o que fazer?

Será que essas áreas que estão sofrendo ocupação, que são áreas utilizadas pelo povo de santo de 65% dos terreiros da cidade – cujo fluxo de axé depende dessas áreas –, vão sobreviver a esse *boom* imobiliário, a essa invasão do mercado imobiliário? E, aí, surge a questão: essas áreas devem ser trabalhadas apenas como áreas de proteção ambiental, como áreas ecológicas da cidade, como área de proteção nos planos diretores ou, também, de áreas de preservação cultural? Áreas que precisam de registro de lugares, que precisam de tombamento para dar a continuidade às condições de sobrevivência da maioria dos terreiros da cidade de Salvador. E, provavelmente, da maioria dos terreiros das cidades médias e até das pequenas, como Cachoeira, onde está começando a ter um processo de invasão muito grande em algumas áreas, como o Bitedô, que é o local onde os historiadores e antropólogos afirmam ter sido o primeiro terreiro do Recôncavo baiano. Depois dali, foram fundar o Ventura, na Roça de Cima.



Bom, isso é o que eu tinha para falar. Minha colocação foi essa, ressaltando três pontos: o trabalho conjunto das três esferas – federal, estadual e municipal –, lembrando que a função do IPAC e do IPHAN é em relação ao patrimônio e à demanda dos 2800 terreiros que hoje foram levantados, abrangendo Salvador, Recôncavo e Baixo Sul; é uma demanda de política pública que hoje cabe à SEPPIR, à Fundação Cultural Palmares, à SEPROMI e à SEMUR.

O segundo aspecto, é a questão de como tratar essas áreas. Sei que é um trabalho que diz respeito à preservação, das políticas patrimoniais, um trabalho multidisciplinar, que deve ser um trabalho crítico, com a participação das comunidades.

E, por último, a questão urbana. Pensar o patrimônio não só no edifício isolado, mas na sua relação dinâmica com a cidade, no seu cotidiano; pensar nos espaços públicos, as áreas abertas, as áreas verdes como espaços integrantes e constitutivos dos espaços dos terreiros, um território-rede, áreas das quais o fluxo de axé dessas casas depende. É isso o que eu tinha a falar pra vocês, muito obrigado a todos. (Palmas)



Frederico Mendonça: Nós agradecemos profundamente aos dois professores e estamos sugerindo o seguinte: vamos dar dez minutos de intervalo e voltamos para os debates. Já temos duas questões colocadas por escrito. Uma observação elogiando a iniciativa, mas, na verdade é uma demanda da presença de um museólogo. Bom, acabamos a “Semana de museus”, mas o tema hoje não é necessariamente museologia nem musealização; o tema hoje é a salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro. Tivemos dois insumos maravilhosos. Vamos tomar uma água, um cafezinho e, em dez minutos, voltamos para os debates. Obrigado.

Agradeço a presença de todos, particularmente das pessoas que se deslocaram; o pessoal do Jarê veio de lá de Lençóis. Então, a ideia é a seguinte: nas perguntas e nas respostas, vamos procurar ser bem sucintos. Vou apresentar à Márcia a pergunta que veio de Estélio Gomberg, antropólogo e coordenador do projeto de restauro da Casa de Oxóssi, do terreiro da Casa Branca, que é objeto do edital de valorização, lançado pelo IPAC. A questão colocada: “Como as atenções das políticas patrimoniais se relacionam com preservação, permanência e tradições de práticas e de saberes no interior dos terreiros? Existem distinções ou não dessas categorias?”



Márcia Sant’Anna: Como eu estava dizendo, até vou voltar um pouco aqui a um ponto que eu tratei. Os terreiros de candomblé fazem parte desse tipo de bem cultural que é de uma densidade impressionante. Fábio mostrou isso aqui bastante bem na sua apresentação. Como a quase todo bem cultural de grande importância, a gente pode atribuir valores cognoscitivos, estéticos, éticos, afetivos e todos mais a esse tipo de objeto. Agora, o terreiro de candomblé tem um aspecto material que diz respeito ao seu sítio, aos imóveis que o compõem, às árvores sagradas, enfim, a todas as materialidades que estão ali organizadas para compor o terreiro.

Ao mesmo tempo, o terreiro de candomblé é também um lugar de práticas, de práticas religiosas, de práticas culturais, de transmissão de conhecimento, inclusive, em muitos aspectos, de preservação até de línguas. Como vocês sabem, as línguas africanas que ainda sobrevivem no Brasil, de alguma forma, sobrevivem através dos terreiros de candomblé; é neles que ainda se fala o que restou do iorubá, é neles que ainda se fala o que restou da língua fon e por aí vai. Todas aquelas línguas que vieram da África para cá, o que delas sobrevive resulta de seu uso nos terreiros – elas não são mais usadas no cotidiano, mas são usadas dentro dos terreiros, como línguas rituais, com outro *status*. Então, é evidente que o terreiro de candomblé tem tanto os aspectos materiais como imateriais.

O tombamento, o inventário e alguns outros instrumentos como a desapropriação, instrumentos urbanísticos, podem dar conta dos aspectos materiais dos terreiros em termos de preservação. Agora, para darmos conta da preservação de algumas práticas que possam ser especialmente valorizadas dentro dos terreiros e, também, alguns conhecimentos tradicionais, inclusive no campo da medicina, da psicologia e por aí vai, aí esses outros elementos teriam que ser tratados, de fato, como patrimônio imaterial ou no sentido do seu registro, do seu inventário. Porque o inventário também é aplicado aos bens culturais imateriais e deve haver uma discussão, caso a caso, comunidade por comunidade, para se determinar quais dessas práticas ou quais dos aspectos dessas práticas seria interessante registrar. Então esse é um trabalho a se fazer, que os tombamentos não conseguem atingir.

E é por isso que eu tentei dizer na minha fala que o fato de um terreiro ser tombado, não quer dizer que não se possa discutir sobre algum aspecto das práticas ali realizadas, da própria religião, que possa ou deva ser registrado, de acordo com o desejo daquela comunidade. Agora, evidentemente, isso só

PENSAR O PATRIMÔNIO
NÃO SÓ NO EDIFÍCIO
ISOLADO, MAS NA SUA
RELAÇÃO DINÂMICA
COM A CIDADE, NO
SEU COTIDIANO;
PENSAR NOS
ESPAÇOS PÚBLICOS,
AS ÁREAS ABERTAS,
AS ÁREAS VERDES
COMO ESPAÇOS
INTEGRANTES E
CONSTITUTIVOS
DOS ESPAÇOS DOS
TERREIROS, UM
TERRITÓRIO-REDE,
ÁREAS DAS QUAIS O
FLUXO DE AXÉ DESSAS
CASAS DEPENDE.

poderá ser feito com o desejo da comunidade interessada e não como uma decisão do poder público. Não sei se eu fui pelo caminho que você queria.



Estélio Gomberg: Justamente, quando direcionamos essas políticas patrimoniais especialmente para terreiros, o que é importante para ambos os campos, seja o campo do gestor ou o campo religioso, ter esse entendimento e ter a concretização desses interesses de preservação, permanência da tradição, então, como se dá a imbricação desses três conceitos, visando à realização de uma efetiva política patrimonial?



Márcia Sant'Anna: Bom, só complementando, nós tivemos a sorte, aqui na Bahia, de certa forma, de estabelecer um *modus operandi* com relação à preservação, ao tombamento de terreiros de candomblé, que vem sendo respeitado. Ou seja, todos esses processos de tombamento foram feitos de comum acordo com a comunidade; nunca houve um processo de tombamento de terreiro, aqui na Bahia, que tenha resultado de uma decisão isolada do poder público. Foi sempre uma negociação e até um pedido das próprias comunidades. Essas comunidades, naturalmente, participaram do processo de uma maneira bastante qualificada, inclusive, prestando informações, entregando documentos importantes para o próprio processo de tombamento. E isso tudo fez também com que houvesse, desde o início, uma discussão sobre que aspectos preservar, e o que era fundamental, e o que era importante, e a gente vem tentando seguir isso. Claro que, às vezes, podem acontecer alguns conflitos, mas, de um modo geral, há esse entendimento e há um respeito sempre à opinião das comunidades de culto que estão envolvidas com a preservação. No caso dos aspectos imateriais, não poderia ser de outra maneira.



Washington Queiroz: Boa tarde, eu sou Washington Queiroz, sou membro do Conselho Estadual de Cultura, estou ainda membro do Conselho Nacional de Cultura; sou antropólogo e venho fazendo um trabalho sobre patrimônio cultural do sertão e, nesse momento, estou na SECULT, tentando implementar algumas ações nesse sentido. Eu tenho duas questões, mas antes dessas questões, queria fazer o registro aqui de uma forma mais enfática, porque o momento é oportuno, daquele que foi a figura que iniciou – Márcia sabe disso – um trabalho que veio a dar no reconhecimento do terreiro da Casa Branca. Este trabalho iniciou-se na gestão de Benito Sarno, aqui sempre quietinho, e queria uma salva de palmas pra ele. (Palmas). Foi ele que iniciou esse trabalho, depois reforçado por Ordep Serra, e a gente conseguiu tomar – me lembro como se fosse hoje, Aroldo Lima jogando pedra na placa do posto ESSO que ficava na frente do terreiro; quem é do terreiro da Casa Branca sabe do que eu estou falando.

Bom, feito esse registro, eu tenho algumas questões. A primeira é conceitual, que eu acho que a gente não vai discutir aqui Márcia, mas é sobre essa linha limítrofe, onde se opera e se dá o reconhecimento do que seja patrimônio material e patrimônio imaterial. Eu não sei se a gente vai conseguir discernir sobre isso, mas quando você me diz e quando a literatura diz que o suporte do patrimônio material é o humano, e que o suporte do patrimônio imaterial seria algum construto, alguma coisa factível, tangível, eu não sei até que ponto a gente pode reconhecer que se dá assim. Porque fazendo uma analogia com a literatura, eu não conheço poema escrito que não se opere, só e somente só, quando alguém que lê poesia e toma aquilo como poesia, reconhece que é poesia; fora disto, é um texto. Então, nesse sentido, o patrimônio imaterial tem também como suporte o ser humano, e aí? Então, fica essa questão, mas eu acho que aqui, talvez, não seja o local desse debate de cunho mais epistemológico da Antropologia e da conceituação do que venha a ser patrimônio material e patrimônio imaterial, material e imaterial. Porque, de vez em quando, nos enredamos em conceitos de acordo com as nossas necessidades que, muitas vezes, servem para um determinado didatismo, mas não serve pra dar conta do que é esse universo.

Bom, mas voltando às questões, quero parabenizar o companheiro pelo trabalho. A gente viu que você fez um trabalho de fôlego, mas eu, como defensor dos sertões da Bahia, tenho que fazer um registro da falta que me faz determinadas coisas, que mesmo nós, Fábio, Márcia, todos nós aqui, pessoas

envolvidas nesse tema, vez por outra a gente está se traindo. Então, por exemplo, lá no trabalho dele tem as “comunidades de fundo de pasto”. Comunidades de fundo de pasto, que ele fez com a melhor e a maior das boas intenções, na realidade, dizem respeito a um homem que criou o território do Estado da Bahia: o vaqueiro. Que deu trezentos anos de vida e era só ele, inclusive; socorreu Salvador, os canaviais, as minas de Minas Gerais; são os vaqueiros. Então eu sugeriria humildemente, porque comunidade de fundo de pasto só acontece com o advento do fenômeno pastoril, é coisa já do final do século XVII, XVIII. Vaqueiro é a partir de 1552. Então, faça a gentileza, bota lá vaqueiro, porque foi ele que fez isso, tá certo? (Palmas)

A segunda coisa, e você sabe, criador de um acervo que vai da tradição oral até as casas de vaqueiro, com a arquitetura – sei que Fred tá doido pra tombar uma casa de vaqueiro; ele adora o sertão – então tem todo esse acervo que a gente precisa cuidar. Bom, eu queria a opinião de Márcia, como especialista, como uma pessoa que, inclusive, trabalhou na gestão de Ordep, trabalhou conosco na concepção de uma nova legislação para patrimônio do estado da Bahia. Ela disse que a Bahia foi pioneira, foi antes de 88; a gente começou a trabalhar com isso em 83, com a nova conceituação e legislação sobre patrimônio material e imaterial da Bahia, antes da Carta da UNESCO, portanto, antes da Constituição de 88. Estou falando de 83 e 84, iniciado na sua gestão, Benito, aquela conceituação do que venha a ser patrimônio imaterial. Então, nesse sentido, Márcia, você falou e eu tive o cuidado de anotar, “que em função da situação de defesa de um determinado bem, de sua integridade física, se pode também tombar um bem patrimonial, corpóreo ou construto, físico, tangível”, apesar de que se pode, também, se reconhecer o local como outro instituto, reconhecer o local como local a ser preservado. Nesse sentido, eu queria sua opinião com relação a uma discussão que nós estamos tendo aqui no Conselho, sobre a pertinência ou não de se tombar o Retiro do São Francisco.



Makota Valdina: Eu queria agradecer a oportunidade dessa conversa, as colocações – a colocação de Fábio que, inclusive, era a minha pretensão falar – chamando a atenção de que a gente precisa urgente que se tombe os espaços de mata e os espaços onde se tem os riachos e as fontes, porque sem isso, sem isso não existe candomblé; isso é crucial. Aí você vai ver a verticalização, os edifícios, mas candomblé mesmo não vai existir. Outra coisa que eu gostaria de colocar é que, por favor, prestem atenção, vocês acadêmicos têm a mania de partir tudo. Nós, na nossa visão de tradição africana, a gente vê o conjunto. Então, pra tratar de nossos problemas, pra cuidar de nossos problemas, não bota um sentado numa carteira e outro lá. Bota todo mundo sentado, inclusive alguns de nós também! Assim é que vão conseguir resolver. (Palmas).

Porque é assim que o povo de santo, o povo de candomblé resolve as coisas. Não é uma aqui, pra depois juntar os pedaços não. Vamos embora juntando os pedaços, à medida que as cabeças, que é assim que a gente diz, duas cabeças é melhor do que uma, três, melhor do que duas, e as cabeças têm que pensar juntas. Então, vocês têm que pensar um pouco como a gente pensa, tem que ter empatia. A gente não aguenta mais a coisa vinda da Academia pra gente. (Palmas). A gente quer tá junto, a gente quer as coisas, do jeito da nossa Academia, que a gente também tem uma! Então, tem que ouvir desse jeito, desse jeito é que vai resolver as coisas da gente e você foi muito feliz, mas muito feliz, porque o que mais atinge o povo de santo hoje é falta de espaço de mata! Espaço que a gente tinha antes e era extensão, às vezes, dos terreiros. Eu vejo isso lá no Engenho Velho, o Cobre; eu fui menina lá; eu vi o Cobre quando tinha mato, quando tinha água, eu vi aqueles terreiros todos que tinham as fontes que se ia, que o ritual era naquela fonte que era da comunidade, mas era do terreiro também. E hoje a gente não tem mais, e hoje agente chega numa Paralela, que está detonada. Então, às vezes me angustia, “ah, isso aqui é do Governo Federal”; “ah, isso aqui é do Governo Estadual”; “isso aqui é do Governo”, e a gente no meio disso tudo. Não resolve o nosso problema por quê?

Está tudo assim, espalhado, ou, então, se tem uma coisa, cada um quer ser o pai ou a mãe da criança. Aí é que fica difícil! Entende? Então, se não atinar pra essas coisas, não vai resolver o problema do povo de santo. Vai sim, cada um vim fazer seus estudos, tirar suas teses, ter seu canudo na mão, seu anel no dedo, às nossas custas e a gente continua na mesma! Isso é que tem que mudar! Ou muda, ou muda, porque senão vai dar em nada! Então, essa conversa é muito boa, eu falo muito, mas eu tenho que falar, porque me elegeram representante, eu tenho que dizer um monte de coisa que o povo fica: buzuzu, buzuzu, buzuzu... Então, bota isso não minha mão, pra mim é uma arma! É a arma que eu

tenho é isso aqui! É a minha arma! (Palmas). É meu gogó, e isso aqui, pra chegar aí! (Palmas). E em nome da coletividade – porque eu não falo por mim não! Eu estou aqui com um monte de gente, que está atrás. Então, a gente precisa é que esse povo que tá estudando muito, que quer – hoje mesmo antes de sair, uma menina ligou pra mim – “não sei o quê, dança de orixá e nan nan nan...”. Minha filha, vá ver como é que a Universidade resolve o problema de meio ambiente que estará ajudando muito o candomblé e deixe o orixá, que quem tem que saber de dança de orixá é quem tá lá no terreiro. (Palmas). Negócio de saber de dança de orixá, nada! Dançarino... a gente é que tem que saber como é que dança. E registro, a gente faz demais. Senão nós não estaríamos aqui.

A gente tem um jeito de fazer registro; a gente não precisa de acadêmico nenhum, que chegue no terreiro pra registrar nada nosso! Hoje a gente já lida com isso, hoje a gente vai registrar o que a gente quer registrar e manter lá, o nosso, guardadinho, onde a gente sabe guardar, a gente sabe fazer, a gente sabe operar uma câmera, a gente sabe lidar com máquina fotográfica; até esse negócio, até eu já faço esse negócio aí! Verdade, então, não precisa de ninguém que chega de fora pra registrar nada não. Nós é que temos que registrar! O que a gente precisa é de política pública integrada, do Governo Federal com o Governo Estadual, com o Governo Municipal, pra fazer aquilo que eles precisam fazer, das apropriações, da gente se apropriar da terra que a gente precisa, que a gente vem usando há muito tempo; isso é que tem que fazer! A legalização das terras. Entendeu?

Tombar as áreas verdes que são coletivas e que a gente utiliza, pra evitar especulação imobiliária; isso a gente precisa. Eu acho que o candomblé precisa mais desse tombamento, do coletivo, do que cada unzinho em particular. (Palmas). Que todo mundo precisa de mato e precisa de água, precisa dum riacho, precisa de uma cachoeira. Há quanto tempo eu venho lutando por São Bartolomeu, e São Bartolomeu tá lá, entregue as traças. Disse que agora tem o projeto A, projeto B, e eu não vejo acontecer nada. Mas aquilo é importante demais, aquela área é importante demais. Então, onde tiver água, onde tiver verde nesta cidade, tomba! Porque é importante! É espaço sagrado e é onde está a essência do candomblé, porque se acabou o verde, acabou a água, babau sinhá Chica, não tem candomblé nenhum. (Palmas)



Luiz Nolasco: Bem, eu sou Luiz Nolasco. Eu sou engenheiro, alguns me conhecem aqui pelo meu trabalho na Fundação Cultural, por muitos anos, mas aqui eu estou como filho de santo do Gantois, que tem a nossa querida aqui presente. Complementando o que foi colocado agora, e Márcia conhece bastante o Gantois, vai muito lá e nos ouve bastante. Essa questão da preservação, ela também tem que ter uma abrangência maior no que diz respeito à vizinhança. No caso do Gantois, ali tem uma vizinhança que está sufocando demais as atividades do Gantois, no que diz respeito às construções. Existe o Decreto Municipal de 1983 que limita, eu acho que é 83, nessa faixa, que limita as construções dentro do Gantois e no seu entorno, não permitindo que elas sejam de mais de um pavimento. E o Gantois respeita e a vizinhança não, às vezes, até por ignorância mesmo. Aí teria que ter uma ação mais efetiva dos poderes públicos, como ela colocou aqui, que não pode ser individualizado e é uma coisa que se tem debatido muito.

Nós tivemos aquele seminário lá no IPHAN, em que foi discutida essa questão, pra que haja uma interface entre todos os organismos de governo, que possam colaborar com as atividades dos terreiros de candomblé, pra não permitir que essas coisas aconteçam. Hoje, no Gantois, tem determinada vizinhança que, se ela quiser assistir algumas atividades mais externas ao barracão, ela assiste da janela, de camarote. Como também a violência, o uso de drogas e a violência no entorno. Ali na nossa área verde mesmo, ela tem sido local até de guarda de produto de furto, de roubo, porque é uma área que está inclusive nesse projeto dos 53 terreiros, mas nós não fomos contemplados ainda nessa primeira leva; que o nosso caso seria a construção de um muro limítrofe do terreiro com a Garibaldi e as suas vizinhanças laterais. Então, é isso que eu tinha a colocar, porque o ato de tombamento, ele é de grande valia para o terreiro, mas ele tem que expandir a sua atividade para o seu entorno, para não fragilizar. O Gantois, pra conviver com esse problema, com essa vizinhança, tem que ter muita diplomacia, pra não criar um problema social sério e se tornar uma ação que até se reverta numa situação pior para o terreiro. Então, era o que eu queria colocar. Obrigado. (Palmas).



Fábio Velame: Vou tentar ser rápido, mas são tantas perguntas a responder. Bom, gostaria de agradecer ao Professor pela questão da nomenclatura, em relação às comunidades de fundo de pasto, sendo alterada para de vaqueiros, que eu acho importante essa colocação. Eu acho também que essa circunscrição dos seis territórios tradicionais, na realidade, é um recorte que a SEPPIR delimitou, a SEPROMI também, mas vai muito além disto. Nós temos afoxés, temos os blocos afros, os maracatus, temos as congadas e marujadas, uma série de manifestações que possuem arquitetura, que se espacializam e estão no dia a dia da cidade.

Em relação ao que Makota Valdina colocou, agradeço a colocação em termos da posição que eu trouxe pra cá e problematização dos espaços públicos, das áreas verdes, que é uma questão crucial em nossa cidade, na conservação do terreiro, nessa concepção dinâmica do fluxo de axé que depende dessa via natural e falar dois aspectos básicos. Primeiro, a questão da integração. Como eu trouxe na primeira parte da minha fala, trazer problemática de como isso está fragmentado, como isso está rateado nas três instâncias e todo mundo faz a mesma coisa, e todo mundo está no mesmo barco remando, remando para direções diferentes e o barco não sai do lugar.

Eu trabalhei um ano com as aldeias indígenas no Extremo Sul da Bahia, em 23 aldeias indígenas da etnia Pataxó, e o que me surpreendia, em todas as aldeias que eu fui, era a presença da FUNAI. Claro que tem limites. A FUNAI tem várias limitações, tanto técnicas, como física e financeira, mas se faz presente, tem escola indígena, tem posto de saúde, um médico vai lá duas vezes na semana, tem um programa de educação indígena. O mesmo não acontece com os territórios afro-brasileiros. Por que isso acontece? Tantos órgãos das três instâncias? Uma vez eu estava dando uma palestra sobre a questão ambiental, no Ilê Axé Opô Afonjá, e, na época, a nossa Secretária da SEPROMI, que agora é Ministra da SEPPIR, falou no depoimento dela, como é difícil essa integração; que ligaram pra ela dizendo por que a Bahia foi o único Estado que não mandou para o Ministério da Educação os projetos de escolas quilombolas. Ela simplesmente falou que não sabia. Teve que correr atrás para montar os projetos e encaminhar para o Ministério da Educação. Então, é nesse circuito que nós vivemos: falta de informação, falta de diálogo das três instâncias, tanto horizontalmente, quanto verticalmente. E sentar realmente na mesa e traçar um projeto coletivo, integrado, um política pública consistente, com a participação comunitária. Isso aí é uma coisa fundamental. Basicamente, é isso que eu tinha a falar e agradecer à Senhora a sua colocação sobre a minha fala. Passo para a Professora Márcia.



Márcia Sant'Anna: Bom, vou começar tentando tranquilizar Washington no sentido de que estou atenta para essas contradições e esses problemas conceituais todos e, claro, a visão do patrimônio, ela tem que ser sempre total. Essa separação, material e imaterial, ela, obviamente, é conceitualmente limitada, inadequada, mas por uma questão da operacionalização de algumas coisas, ela está se desenvolvendo assim. Mas o IPHAN, pelo menos, tem tentado estar sempre atento pra essa integração das várias dimensões e também para o fato de que o centro do patrimônio, seja ele qual for, é o homem. Até porque é o homem que atribui valor, mesmo ao chamado patrimônio material, ele só existe a partir de uma atribuição de valor, que é humana, ou seja, o patrimônio não existe sem o homem, em qualquer das suas formas. E é sempre bom a gente lembrar isso porque, às vezes, a gente se deixa, de fato, influenciar por toda essa questão operacional e da legislação e acaba por se instituir uma divisão que, obviamente, não é pertinente do ponto de vista conceitual. Concordo em gênero, número e grau.

Com relação ao tombamento do Retiro de São Francisco, eu confesso a você que eu tenho dificuldade de opinar, até porque eu não conheço bem o Retiro de São Francisco. Então, fica difícil eu opinar sobre uma coisa que, de fato, eu não conheço bem, não somente em termos arquitetônicos como em termos de prática, no lugar de práticas eventuais.

Então, por fim, queria agradecer também a Makota Valdina pelos comentários, que foram absolutamente pertinentes e preciosos. E se a senhora me permite, depois da sua afirmação de que o essencial é a água e o verde, e depois do que Nolasco falou, eu diria que talvez a gente pudesse acrescentar: água, verde e privacidade. Ou seja, além da água, além do verde, a privacidade também, porque, de fato — e o Gantois é um exemplo disso —, vários outros terreiros têm sido virtualmente impedidos de funcionar por interferências dos vizinhos, da vizinhança, do entorno. O tombamento atinge o entorno também.

O tombamento do Gantois tem uma delimitação de entorno que foi reconhecida na legislação

municipal, como área de controle, área a ser controlada; controle de gabarito, de uso etc. Só que, infelizmente, nós vivemos numa situação municipal de absoluta falta de fiscalização e controle, e que, infelizmente, cabe à instância municipal. E aí a gente não consegue fugir dessa famosa repartição das competências. Cabe à instância municipal fiscalizar essas coisas. Eu diria que Salvador está chegando num ponto insuportável, não só para os terreiros, mas também para as pessoas de um modo geral. (Palmas). Eu tenho conversado com muita gente e, de A a Z, ouve-se a mesma reclamação: as pessoas não têm mais direito a fim de semana por causa dos barulhos, dos sons ligados em altura estratosférica e que não deixam ninguém dormir, ninguém descansar, ninguém rezar, ninguém fazer o seu ritual. Quer dizer, além da invasão do espaço, digamos assim, da privacidade por meio de uma verticalização, que permite que as pessoas olhem para dentro do terreiro, possam jogar coisas dentro das áreas dos terreiros; existe o incomodo do barulho também, da vizinhança. Mãe Carmem já me relatou que, muitas vezes, rituais do Gantois são atrapalhados por sons na vizinhança, que não deixam as pessoas em paz. Tudo isso é um problema municipal. A população de Salvador precisa se dar as mãos, se unir e exigir da Municipalidade mais controle dessas coisas, do cumprimento das leis. Porque existe uma lei municipal que diz que não pode construir mais do que um pavimento em volta dos terreiros de candomblé, mas as pessoas constroem dois, três, quatro, e pra todos eles têm essa mesma legislação. A Casa Branca tem, o Gantois tem, o Axé Opô Afonjá tem, todos têm, porque foram feitas mais ou menos na mesma época, e nenhuma é respeitada. Não é só a do Gantois, nenhuma é respeitada.

Então, a gente precisa exigir o cumprimento das leis, isso é uma questão de cidadania, enfim. Agora, eu fiquei muito contente com essa conversa toda que tivemos aqui, porque eu acho que aquilo tudo que vim defendendo lá na minha fala, de que houvesse uma abertura do diálogo, do contato para que Estado e sociedade, interessados e de comum acordo, comecem a delinear critérios de preservação. Eu acho que já surgiu um aqui extremamente claro e cristalino na fala da Makota Valdina e na fala de outras pessoas, que é a prioridade absoluta da preservação dessas áreas comuns, isso já é um critério fundamental que pode ser adotado, de prioridade e seleção, e partirmos em seguida para discutir as outras situações.



Washington Queiroz: Só pra colaborar com o final de sua fala, eu queria te dizer que o Retiro de São Francisco tem em torno dele uma grande área verde.



Márcia Sant'Anna: Pois é, olha aí. Eu acho que não só para os terreiros de candomblé, as áreas verdes são importantes. Elas são importantes pra cidade inteira. Agora, elas são fundamentais, elas são essenciais para as religiões afro-brasileiras. Então, elas são também sagradas nesse sentido e aí eu acho que tem de haver, de fato, um olhar específico e cultural nesse sentido. A legislação urbana de Salvador ainda tem, se eu não me engano, uma figura que foi a mesma que nós usamos para o entorno dos terreiros, que é a área de proteção cultural e paisagística.³ A essa área de proteção cultural e paisagística deveria se somar os tombamentos para, inclusive, reforçar o instituto, o instrumento da área de proteção cultural e paisagística, fazê-la funcionar.

Agora, nada irá funcionar se não houver cobrança social. Porque nós estamos todos cansados de ter uma série de leis que protege isso, que protege aquilo, que regula isso, que regula aquilo, mas não são cumpridas e se nós não cobrarmos efetivamente o cumprimento dessas leis, não vai adiantar. Então, as áreas verdes importantes e sagradas devem ser protegidas, e eu acho que deve ser encarado como prioridade zero nessa nossa discussão. Agora, só vai adiantar a preservação, só vai ser efetivada se a sociedade se reunir e exigir a cobrança da legislação de preservação; seja ela municipal, estadual ou federal, não importa, ou as três juntas.

Bom, Nolasco, acho que acabei respondendo a sua questão, juntando tudo, né? Então, fica aí esse recado. Eu acho que a Makota tem razão: água e verde, e Nolasco acrescenta privacidade. Acho que essas seriam, digamos assim, as linhas mestras de uma primeira aproximação e de uma primeira construção de uma política mais ampla de preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, nessa cidade e no estado, eu diria, acho que vale para o estado inteiro, vale para a Nação, a gente pode dar um exemplo que vai servir para todos os estados do Brasil. Porque existe essa situação que nós temos aqui de uma forma muito concentrada e muito rica, no Rio Grande do Sul, também existe em São Paulo,

³ Áreas de Proteção Cultural e Paisagística/ APCP integram a Lei Municipal nº XXXx

existe no Rio de Janeiro, existe em Pernambuco, existe em quase todos os estado do Brasil, inclusive no Amapá. Então, eu acho que era isso.



Frederico Mendonça: Pelo conjunto de falas que nós tivemos, creio que nós já vimos: Márcia colocou algumas questões conceituais, por exemplo, de que nem tudo é patrimônio. Então, você não pode patrimonializar tudo, porque nós somos seletivos, nossa memória é seletiva e o patrimônio é seletivo; portanto, é reconhecimento de mérito, de referências culturais. Fábio levanta dois aspectos importantes: essa discussão surgiu muito a partir da situação que nós estamos vivenciando no IPAC, a partir, inclusive, de todo o esforço de territorialização e democratização da política cultural, no sentido de nos situarmos em relação à política nacional e de qual é a política estadual. A política estadual termina ficando a reboque e sem um rumo, uma política pública específica para o Estado da Bahia, e nós temos grandes ausências que são os municípios, embora, muitos já tenham iniciado o processo de criação de estruturas de patrimônio; a nossa capital é um grande exemplo dessa ausência.

Então, à questão: Fábio aponta os critérios de seleção por nações de candomblé, com base nesses mapeamentos que já foram feitos pelo CEAO e estão sendo prosseguidos, agora, pela SEPROMI. O Professor Bira, da Fundação Pedro Calmon, já nos sinalizou que, quando o Governo se mudar para Cachoeira, ele vai nos entregar, a nós do IPAC, um pacote de demandas, mas, aí, já para registro de lugar de alguns terreiros. E essa é uma discussão, também, que Márcia trouxe, ou seja, quais são os instrumentos que nós temos para a salvaguarda? Ela listou alguns. Existe uma discussão bastante rica e não concluída dentro do IPAC e por isso, também, queríamos ampliar essa discussão. Ela não vai se esgotar hoje, aqui.

Márcia foi numa linha de que é possível você tomar, e reconhecer, e registrar, mas nós estamos hoje com uma legislação estadual onde existe o inventário para preservação. Nós temos aqui o Tatá Anselmo, do Terreiro Mocambo, que é o único exemplar de inventariado para preservação. Ele me perguntou outro dia: “Fred, e o que quer dizer isso? Qual a diferença disso para o tombamento”? Eu fiquei sem conseguir responder. Porque se você olhar a legislação, é a mesma coisa. Ou seria o caráter singular, que é o tombamento, e o inventário, o caráter reiterativo. Tá, e daí? Na prática, não existe a negociação que Márcia aponta que já surgiu em outros países, ou seja, o inventário tem que ter um processo de pacto entre as partes, não pode ser apenas uma decisão.

Muitas vezes, o tombamento precisa ter uma decisão dos poderes públicos em nome do interesse comum, mas o inventário para preservação não precisa necessariamente ter – vou usar uma palavra que não é muito adequada – a rigidez, digamos, o rigor e a compulsoriedade da atitude do tombamento. Então, a questão dos meios, dos instrumentos, é uma discussão que vai precisar continuar.

Mas já foram apontados critérios de seleção e dentro desses critérios, com a ajuda da Makota Valdina, de Washington e do próprio Nolasco, Márcia percebeu que nós temos também uma indicação que já foi sinalizada aí pelo próprio Fábio, acerca dos espaços públicos, dos espaços livres de edificação, que são tão fundamentais. Márcia está resumindo nesse tripé aí, água, verde e privacidade. Verde, mas, sobretudo, não construído, não edificado; área livre e, se possível, com verde. Mas nós temos o grande desafio aí, que é a chamada política integrada. Concordamos muito com Makota Valdina quando fala dessa visão de conjunto. Muitas vezes, lá no IPAC, nós sabemos, temos que dividir entre material e imaterial por questões muito operacionais. Muitas vezes a gente definiu uma política de salvaguarda para o carnaval de Maragogipe, que é diferente de uma política de salvaguarda para o Forte Santo Antônio ou para o Palácio da Aclamação. São procedimentos que fazem com que uma equipe tenha mais membros de antropologia, sociologia; que tenha um olhar para as pessoas que fazem. Como eu sempre digo, se o povo se cansar do Samba de Roda, só quiser Hip-Hop, acaba o Samba de Roda. Márcia também gosta de dizer que material também acaba; é um pouco mais lento para acabar, mas acaba também. Portanto, são procedimentos diferentes, só por uma questão operacional, porém o entendimento do patrimônio tem que ser mais holístico.

Eu gostaria de abordar uma questão, inclusive, provocado pela pimenta que o Conselheiro Washington colocou da Casa de Retiro, que não é objeto da nossa discussão, mas eu acho que entra. Eu fiquei meio assustado quando a Makota Valdina disse assim: “precisamos tomar as áreas verdes” – eu pensei: bom, começou, ou seja, é um pouco a discussão que nós tivemos com a Casa de Retiro São Francisco. A Casa de Retiro São Francisco está dentro de uma APCP do Município, ou seja, teorica-

ÁGUA E VERDE E PRIVACIDADE – ESTAS SERIAM AS LINHAS MESTRAS DE UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MAIS AMPLA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO, NESTA CIDADE; ACHO QUE VALE PARA O ESTADO INTEIRO, VALE PARA A NAÇÃO; A GENTE PODE DAR UM EXEMPLO AQUI QUE VAI SERVIR PARA TODOS OS ESTADOS DO BRASIL.

te, legalmente, ela está protegida, você não pode mexer naquela área verde. No entanto, a sociedade, segmentos da sociedade solicitam um tombamento. Ou seja, o que é o tombamento por parte do Estado? Um reconhecimento de mérito estadual, para um fenômeno que é local. Aí, o argumento é geografia. Agradeço a Fábio, inclusive, nos trazer aqui geografia com mapas, com localizações, porque senão, a gente fica na discussão sem espaços, sem assentamentos.

Existem bens que precisam ser resguardados no âmbito dos municípios, e bens que têm uma dimensão para o estado, e bens que tem uma dimensão nacional. Esta dimensão, no entendimento da instituição IPAC, falta à Casa de Retiro São Francisco. A Casa de Retiro São Francisco é um exemplo paradigmático da ausência absurda do setor público municipal e, sobretudo, de nossa ausência numa ação política junto a nossas representações locais. Vereadores e deputados se posicionem, porque não é possível que o estado continue suprimindo deficiências dos municípios. Isto já acabou. Nós estamos em busca da construção de um sistema nacional, um sistema estadual de cultura e um sistema estadual de patrimônio, em que caibam aos municípios, que é onde as coisas acontecem. Cuidar.

Nós estamos aqui hoje, em que se comemora o Dia da África e, infelizmente, meu dia começou com uma notícia péssima. Houve um desabamento de um sobrado na Soledade. O bairro da Soledade, se vocês não sabem, está tombado pelo Estado desde 1981. Se vocês forem àquele bairro, vocês não vão verificar nenhuma conservação do seu patrimônio, nem pelo Município, nem pelo Estado, nem pela comunidade, que nem foi informada de que ela mora em um lugar que é reconhecido como patrimônio. Então, veja, quando falamos de políticas públicas integradas é um desafio enorme, mas é inadiável. Por isso estamos aqui e por isso nós temos que conversar.

Na área de patrimônio com a SEPROMI, com a SEDES, com a SEPPIR e com o Município, como é que nós vamos trabalhar juntos? Eu me lembro que, com Márcia Sant'Anna, fiquei muito impressionado quando fomos ao terreiro do Alaketu. Dona Olga ainda estava viva e foi o primeiro terreiro que eu tinha visitado e quando voltei lá – eu estava no IPHAN – fiquei muito impressionado como ele foi reduzido. Então, de fato, é preciso proteger os espaços verdes, os espaços das águas, mas eu tenho sérias dúvidas se o tombamento pode reforçar; o tombamento não pode substituir a legislação municipal e a mobilização social.

A gente não pode terceirizar para um órgão de patrimônio, do Estado ou da União, como ouvimos hoje de manhã, técnicos da prefeitura dizendo que “a prefeitura precisava ter autorização para poder derrubar imóveis em áreas tombadas, esse negócio de imóvel tombado atrapalha, tem de derrubar, se tá em ruína”. Então, há um entendimento da administração, não é da administração, mas de pessoas da administração municipal, no sentido de que tombamento atrapalha – “esse negócio de IPAC, IPHAN atrapalha”. Então, o IPAC e o IPHAN é que vão resolver os problemas de cidadania? Acho que não.

Terminei falando além do que eu gostaria. Acho que sim, temos umas indicações, mas essas indicações das áreas verdes, eu não sei se a questão é o tombamento das áreas verdes; acho que algumas, sim! Pela própria simbologia, pelo conjunto de práticas que agregam, sim! Mas quando nós temos, legalmente, o Parque de São Bartolomeu também lá, é impressionante a falta de uma ação política. Ou seja, os governos municipal e estadual estão permitindo aquilo, no entanto a lei existe; vai precisar tomar pra quê? Pra dizer que é mais uma lei? Enfim, é a minha dúvida.



Domingos Sérgio: Boa tarde, sou Domingos Sérgio, estou aqui representando a Arca do Axé e a Rede de Cultura Engoma, no Beiru, Cabula. Lá no Beiru, desde que gente soube que Beiru é o nome de um africano, hoje representando a África, a gente disse, temos que correr pra resgatar esse nome, já que a gente foi pegando as coisas aos poucos, já que, como é que se diz essa questão da Academia, como a Makota falou (risos), vem de baixo, de comunidade. A gente é educado dentro dos blocos afros, dentro dos terreiros, nas rodas de samba, e é lá que a gente aprende o linguajar. Quando a gente vai ao CEAQ, descobre que é Gberu, tem um g da língua iorubá. Engomadeira sofre também essa influência do banto nigoma. Morei no Calabar também, tive a sorte de morar no Calabar, pra conhecer a realidade do Calabar, a JUC que é a Juventude Unida do Calabar.

Então, a gente passa a perceber esse processo de alienação da juventude, da comunidade e que tá aí: a televisão, os pagodes. Apesar de que o ritmo do pagode é bom, aí a gente junta tudo, vamos juntar tudo pra poder chegar onde a gente quer, e o processo com que a gente conseguiu retomar o

nome do Beiru. Nomes como Beiru, Calabar, Engomadeira, Cabula são de origem africana, não desmerecendo os outros nomes que são de origem indígena ou portuguesa, mas o que é que acontece? Conseguimos a mobilização da comunidade, demos entrada no tombamento e a gente não sabia se era o tombamento ou se era o inventário ou o que é que seria. Sei que existe ainda uma lei municipal que protege o patrimônio imaterial. A gente foi descobrindo, um pra um lado, outro pro outro; outro buscando um professor, um leigo, um analfabeto; um que estuda mais, lá vai o povo e aí juntou toda uma história. Fizemos um livro, fizemos o livro do Beiru. Com algumas falhas ortográficas, fomos tentando corrigir; pedimos aos amigos e lá vai, lá vai, lá vai. Então, a gente fez um trabalho, acho até que de antropólogo, poxa; a gente é antropólogo? A gente é um historiador? Não somos. Teve essa necessidade e avançamos num livro que, hoje, registra essa história. Mas nisso vai ter o Museu do Beiru. Agora, com o MINC⁴, avançamos nessa parte, mas a gente ainda corre o risco de, futuramente, a geração que tá agora nesse processo de alienação... O que é Beiru? Engomadeira? Cabula? Então, essa geração não tem esse conhecimento, não é educada nas escolas; mesmo os professores ainda não tiveram essa educação. Então, é necessário ver também isso, dar uma prioridade a esses nomes africanos, esses bairros que têm ainda nome africano, principalmente Beiru, que é o único bairro em Salvador que tem o nome de um africano, como Itapoã, que é “pedra que ronca” em tupi-guarani, que a gente possa fazer uma ligação aí. Então, é só uma reflexão e ao mesmo tempo uma reivindicação, tá? (Risos) Tudo de bom.

4 MINC - Ministério da Cultura



Neidivaldo: Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Neidivaldo, estou vindo lá de Lençóis com Pai Pequeno Muçum e Sandoval; a gente é do Jarê de Lençóis. Eu sou Presidente da Associação dos Filhos de Santo do Palácio de Ogum Caboclo Sete Serra. A questão, na verdade, que eu quero colocar é uma dúvida nossa, porque lá a gente está num espaço que é Parque Nacional, já é uma reserva e, graças a Deus, o que a gente tem muito lá é verde e água. Então, a gente tem uma preocupação também com o espaço em que a gente está, que é o espaço da Capivara. Porque a gente está num processo de tombamento, há algum tempo, e, lá em Lençóis, já se aventou tirar as pessoas de dentro do parque, porque tem construção dentro do parque. Então, a gente quer saber, quer um esclarecimento sobre isso: como é que é, se realmente a gente corre esse risco de ser tirado do parque. Agora, leva-se em consideração que desde 1948, a gente está lá, está instalada a casa de santo da Capivara, e só em 93 foi reconhecido como parque. Então, a gente quer saber se a gente consegue clarear isso assim na cabeça da gente.



Vinicius Viana: Boa tarde, meu nome é Vinicius Viana, sou da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Câmara Municipal de Camaçari. Primeiro, eu quero pedir licença, apesar de não ser da religião, mas a gente está tratando aqui de assuntos, de vidas, de consequências profundas para as vidas das pessoas, principalmente da religião de matriz africana; então, eu peço licença. Depois, parablenizo a iniciativa de construir essa relação mais íntima com quem porta esse patrimônio. Minha questão é muito rápida e é muito prática. A gente está num processo, de Camaçari, na construção de uma legislação patrimonialista, com todas as dúvidas que todos tiveram, nós estamos passando por isso; estamos em conversa constante com o IPHAN, com Bruno Tavares; começamos a conversar com o IPAC, com Ordep Serra; comecei a conversar agora com Fábio, essa preocupação que a gente tem em Camaçari. A maioria dos sítios, dos terreiros, em Camaçari, não tem o terreno, ele está no nome de pessoa física, não tem CNPJ, não tem associação. Eu queria saber apenas quais são as consequências e garantias que nós temos de registrando e ou tombando, esse sítio estar protegido contra a especulação imobiliária, mesmo sem o terreno estar no nome de uma associação, nem ter CNPJ? Quais são as garantias futuras, as consequências e diferenças de ele estar e não estar garantido de que aquilo continue, que aquele sítio, que aquele local, que é um local de religião de matriz africana, esteja protegido contra toda essa especulação imobiliária que Salvador sofre e que Camaçari está começando a sofrer agora, de maneira muito forte?



Benito Sarno: Benito Sarno, sou ex-diretor do IPAC. E o nosso ex-funcionário, grande colaborador que nós, na intimidade, chamávamos de Galo de Briga, que é desse lutador, que vai, quer e arranca as coisas. Então, Dona Makota também, de uma maneira muito enérgica, tem que fazer o que fizeram comigo e até estava lembrando com ela o nome do Agnelo, da Casa Branca. A Secretária lá do IPAC disse, olha Benito, tem um senhor querendo lhe falar. Pois não, manda entrar. Ele disse: “Ó doutor, é o seguinte, o senhor está aqui restaurando várias igrejas, vários monumentos tombados, e nós também temos um patrimônio lá da Casa Branca que tá lá esquecido, bastante necessitando de um trabalho de restauração e gostaria de sua contribuição, do IPAC”. Eu disse: Companheiro, nós estamos aqui restaurando vários monumentos também; tem um Centro Espírita aqui que é nossa obrigação, é dever nosso; eu gostei da sua atitude vir aqui cobrar, tem que cobrar, a comunidade tem que exigir realmente. Aí me convidou pra ter um encontro com mais dois componentes da direção e, depois, ele disse assim: “Mas, doutor” – não, eu vou mandar os arquitetos, mandar fazer um levantamento; nós vamos trabalhar lá e tudo bem.

No dia da inauguração das obras, havia várias personalidades, o prefeito tinha que assinar a escritura, vários secretários de estado, essa coisa toda. Me levaram para a cadeira mais importante lá do centro. Eu fiquei todo assim. Não, eu disse a Agnelo, de maneira nenhuma; e ele: “mas, não, você está sendo convidado pra sentar na cadeira porque você é diretor do IPAC e colaborou conosco; é porque você é de Oxóssi, a casa aqui é sua”. (Risos/palmas). Olha, eu me emociono e eu tenho toda uma formação religiosa católica tradicional de família. Aquilo me sensibilizou tanto que eu procurei... Nesta fase eu estava restaurando a Catedral também. Interessante que eu fui comprar um acarajé e a baiana pegou um acarajé, me deu um acarajé pequenininho. Eu disse, eu quero um acarajé. Ela disse: “olha, estou dando este acarajé, estou vendendo acarajé, não é por comércio não, é porque estou fazendo por obrigação religiosa”. Tava de pé no chão e aquela coisa toda, aí começou a me explicar os colares. Ô baiana, porque dizem que eu sou de Oxóssi? “Por que você é de Oxóssi?” Não é a primeira baiana que me diz isso. “Você é Oxóssi pela cor que você veste, pela sua atitude. Oxóssi é curioso, gosta do mato e você gosta do verde”. Aí ó, eu me emociono e lhe digo com sinceridade, eu confesso que Oxóssi, sempre Oxóssi (palmas) que dá energia, força, é inacreditável. Acredite, foi o momento mais importante que eu passei nesse período, na direção do IPAC. E eu digo com Makota, tem que fazer o que fizeram comigo, tem que fazer com nosso amigo Frederico (risos), pressionar e lutar que vocês conseguem, não tenham dúvida. E Oxóssi está aí pra fazer a gente cumprir e eu acredito mais do que nunca na força dele e ele me ajudou muito e tem me ajudado. Obrigado.



Márcia Sant’Anna: Bom, o amigo da Arca do Axé que falou da questão da toponímia, ou seja, do nome que se dá aos lugares. Eu acho isso de uma importância total, inclusive, tantas ruas de Salvador que tinham nomes tão bonitos, tão pitorescos, tão interessantes, tão ligados à história e que foram trocados pelo nome de um político X, de que alguém queria puxar o saco, não é verdade? Isso a gente vê muito acontecer. Então, eu não sei, eu acho que é importante cuidar disso e acho que, muito provavelmente, um instrumento adequado para proteger esse tipo de interesse público, seria o registro sim, o registro da toponímia. Agora, eu acho que fica mais bem ancorado se isso for feito em conjunto e não um nome de cada vez, ou seja, se houver um estudo mais aprofundado, um inventário dessa toponímia e das raízes dessa toponímia, se africana, se indígena, se portuguesa, ou seja lá o que for, e, então, se propor um grande registro da toponímia tradicional de Salvador, que acho da maior importância. A gente perde um nome assim, é quase como perder um parente, às vezes um lugar que você passa a vida chamando de um jeito e, de repente, alguém muda o nome daquele lugar; isso é uma coisa que dói.



Makota Valdina: No Engenho Velho da Federação tem uma ladeira, que, inclusive, passa na frente da minha casa. Eu tenho 67 anos; nasci e me criei lá. A gente sempre chamou de Ladeira da Fonte do Forno, e isso tem a ver com o bairro, que ali foi um engenho. Minha mãe falava que quando chegou lá, tinha uma tapera perto da fonte do forno que tinha dois africanos, onde tinha aqueles tachos, quer dizer, é história daquele lugar. Agora, diz que é Rua São Sebastião; muda não sei por que, entendeu? Eu acho um absurdo, nós temos história sim e essa história a gente é que tem que contar, a gente é que sabe e tem que ser registrada. Isso acontece por aí e isso pra atender

realmente a político que chegou lá e que mudou. Então, eu acho que tem que se rever essas coisas, sobretudo, onde são bairros de concentração negra, onde era engenho ou quilombo antigo, que diz que hoje é quilombo urbano, tem que se respeitar isso e tem que se resgatar essa memória e essa história tem de ser registrada.



Márcia Sant'Anna: Sem dúvida; eu concordo plenamente. Agora, acho que fica mais forte, fica mais, digamos assim, mais fundamentado e mais consolidado, mais denso, se isso partir de um estudo mais global que envolva todas essas áreas; o que são referências culturais para bairros, para comunidades, para a cidade de um modo geral, e se fazer um estudo dessa toponímia, e se buscar esse registro como uma forma, inclusive, de chamar a atenção dos dirigentes e políticos da importância da manutenção desses nomes ou da volta desses nomes. Eu acho que poderia haver até movimentos mesmo de retorno de alguns nomes que são fundamentais para nossa história, para nossa memória de vida, para a memória urbana e tudo isso. Eu estou de pleno acordo, eu acho que é fundamental.

Bom, aí a outra questão foi do Jarê. O Parque Nacional da Chapada, eu acho que você está se referindo ao Parque Nacional da Chapada, ele é delimitado e regulamentado pela legislação ambiental; não é a legislação de patrimônio cultural que estabelece os limites e o que pode e o que não pode dentro desse parque. Existe toda uma discussão dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente relacionada a essas áreas de conservação mais rigorosa, em que a presença humana é indesejada, segundo os ambientalistas. Existe toda uma discussão, relacionada com as populações que, efetivamente, foram retiradas de áreas de parque. Inclusive, nós no IPHAN, trabalhamos com uma dessas populações que foram retiradas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Minas Gerais. E fizemos todo um trabalho de inventário de diferenças culturais com essa população, porque, justamente, ela estava perdendo uma série de locais referenciais por ser deslocada do parque.

Então, eu penso que essa é uma questão que as próprias comunidades, religiosas ou não, que estão dentro do atual parque e, que elas possam demonstrar aos órgãos ambientais que elas não estão ameaçando a preservação do parque. Eu acho que se pode abrir um diálogo e haver alguma flexibilidade quanto a isso. Agora, não é uma legislação que os organismos de preservação, IPHAN, IPAC e outros, possam interferir, porque é uma legislação de outra unidade governamental, que é a do meio ambiente.



Neidivaldo: Necessita ou não de ele ser tombado, o espaço? Por que ele tá dentro ou não da área?



Márcia Sant'Anna: Não, não há; o tombamento pode incidir em qualquer área, em qualquer legislação, ele pode se sobrepor a qualquer legislação.



Frederico Mendonça: Eu sou o moderador, mas vou entrar nesse debate. Se, por acaso, a gente faz o tombamento do Jarê, a gente cria um problema pro meio ambiente?



Márcia Sant'Anna: Na realidade, para que as coisas sejam, na minha visão, adequadamente tratadas, tanto em termos governamentais, quanto sociais, eu acho que o processo de patrimonialização, do que quer que esteja dentro de um parque já previamente protegido pelo Meio Ambiente, deve incluir um diálogo com o Meio Ambiente. Porque senão nós estaríamos agindo da maneira errada. Nós estamos aqui exigindo diálogo com relação a nós e nós não vamos também sair impondo coisas aos outros. Eu acho que tem que haver um diálogo entre as comunidades interessadas, entre a área de preservação ambiental e área cultural pra se chegar a um denominador comum, de modo a garantir a preservação ambiental e a garantir, também, a produção das práticas culturais que são importantes e estão ali, naquele lugar.

A QUESTÃO DA
TOPONÍMIA – O
NOME QUE SE DÁ AOS
LUGARES – É DE UMA
IMPORTÂNCIA TOTAL,
INCLUSIVE, TANTAS
RUAS DE SALVADOR
QUE TINHAM NOMES
TÃO BONITOS,
TÃO PITORESCOS,
TÃO LIGADOS À
HISTÓRIA E QUE
FORAM TROCADOS
PELO NOME DE
UM POLÍTICO. É
IMPORTANTE CUIDAR
DISSO, E, MUITO
PROVAVELMENTE,
O INSTRUMENTO
ADEQUADO PARA
PROTEGER ESSE
TIPO DE INTERESSE
PÚBLICO, SERIA
O REGISTRO DA
TOPONÍMIA.

Araken Sampaio: Um aparte, por favor. Existem precedentes em relação ao meio ambiente do parque. Dialogou-se com pessoas, e alguns moradores foram recrutados como fiscais dos parques. Inclusive – é isso que eu achei muito importante – estabelece-se uma parceria com alguns membros das comunidades religiosas para protegerem o parque. Na região de vocês, tem pessoas que trabalham como voluntárias para apagar fogo etc. Um trabalho belíssimo. Bom, e o caso mais evidente é o da Serra da Capivara, que, hoje, toda a população está engajada a trabalhar para o parque. Eu acho que é uma questão de diálogo.

Com relação à ladeira da Makota, para mim uma das palavras mágicas da minha juventude chamava-se rebeldia. Por isso eu estive exilado, fui preso, passei por isso que vocês conhecem. Então, eu sou partidário, que botaram o nome lá, o vereador botou um nome lá, vai de noite um grupo, arrebenta e bota o antigo. Porque ele não mora ali, ele não consultou ninguém pra fazer isso. É preciso respeitar a comunidade! Vai lá e tira. Ele vai e bota outra (palmas), a gente bota a placa de volta, até chegar a um acordo. Aí ele bota a polícia lá. “Olha, quando o senhor sair daí, nós vamos tirar, porque a gente não gosta desse nome; nós estamos morando aqui nessa rua há duzentos anos, e a rua com esse nome, como é que o senhor vem trocar? O senhor perguntou a alguém? Eu acho que um pouco de rebeldia... Nós brasileiros temos a mania de esperar que o Governo veja isso? O que é que o Governo? Nós é que não estamos vendo. Quem se lembra do cidadão que se negou a passar o trator por cima da casa? A lei mandava passar, ele disse não passo e, chorando, deu uma lição de cidadania a todos nós e até ao próprio Governo. Então, nós temos que nos mirar nesses exemplos. Eu tenho um amigo que um dia me disse assim: “maldita hora que o Caymmi fez aquela música”, popularizou o Gantois, e aí o que ocorre? A famosa classe média, que gosta de turismo, vulgariza, e perde-se o caráter religioso. Aí eu não sei por que, apareceu alguém que disse, olha, nós vamos fazer aqui um prédio de trinta andares, cinco estrelas e vocês vão ganhar tanto por mês por que os turistas vão conhecer o Gantois, e o Caymmi, e a Menininha etc. Porque o capitalismo é assim: predador, desumano, só visa lucro. Por isso que eu, sem pegar em arma como eu fiz na juventude, aconselho uma dosezinha de rebeldia. (Palmas)



Márcia Sant’Anna: O rapaz de Camaçari perguntou sobre os efeitos do tombamento, se o tombamento garante que o particular não possa destruir o alterar aquele bem? Não garante. É por isso que ele é uma limitação do exercício do direito de propriedade em favor do interesse público. Então, se for aplicada uma legislação de tombamento, o particular, ou seja, o dono daquele imóvel, não pode destruir o imóvel, sobre pena de multa, lei, prisão etc. É isso que o tombamento faz; ele limita o direito de propriedade privada em favor da propriedade pública, da face pública e social da propriedade, é isso que ele faz. Bom, e com isso eu acho que eu concluí.

Então, de novo, agradeço a Fred pelo convite. Quero agradecer ao Conselho Estadual de Cultura pelo convite, e a todos que estão aqui, contribuições e interação, e dizer que é sempre um prazer participar dessas conversas, porque a gente aprende muito. Eu nunca saio de uma conversa dessa sem ter aprendido muito e eu hoje aprendi muito com a Makota Valdina e com todos vocês aí que se manifestaram. Um abraço. (Palmas)



Fábio Velame: Bom, queria falar rapidamente dos dois pontos: das toponímias e do nosso amigo do Jarê. Todos dois, principalmente, o pessoal do Beiru. É curioso porque se você parar para analisar os ônibus, o nome dos ônibus que vão para o Beiru têm dois nomes, Tancredo Neves e Beiru. É engraçado isso, porque o bairro era chamado de Beiru; depois, quando a criminalidade aumentou, tiveram que mudar o nome para fazer uma limpeza, uma eugenia terminológica do bairro, pra melhorar a imagem do bairro e botaram Tancredo Neves. Agora, com a resistência da comunidade, com sua luta, ela conseguiu voltar à nomenclatura que é Beiru, que é um líder quilombola que existia naquela região, no início do século XIX.

E outro ponto importante aí e de alento para a comunidade é a própria concentração da legislação sobre quilombos, como Makota Valdina colocou aqui muito bem. Ela falou de quilombos urbanos. Na realidade, a legislação não fala em quilombos urbanos – esse é um termo que a Academia criou –, a legislação em si fala de remanescentes de comunidades quilombolas, e abre bastante

a possibilidade de existência em áreas urbanas, áreas distritais, de povoados e áreas rurais. É um caminho que vocês devem trilhar e pensar em seguir em termos de reconhecimento e, também, de conseguir verbas para implementação de políticas em relação às suas comunidades. A mesma coisa se aplica ao pessoal do Jarê.

É curioso, porque a Reserva Indígena de Barra Velha, que é a primeira reserva do Extremo Sul da Bahia, da etnia Pataxó, está dentro de um parque nacional que é o de Monte Pascoal. Uma coisa não está desvinculada da outra, uma coisa não está em conflito com a outra; pode-se muito bem ter um quilombo, a comunidade pode ser reconhecida como quilombo, se for comprovado como quilombo ou reconhecida como patrimônio cultural material e imaterial pela Palmares⁵ e está, também, dentro de uma área de proteção ambiental, não há conflito entre estas questões. As duas coisas que eu queria colocar.

Eu gostaria de agradecer à plateia. Às vezes nós somos chamados para alguns eventos que nos roubam o tempo, e aqui não, eu tive o tempo preenchido com bastante satisfação, bastante prazer, aprendi bastante com vocês. Sempre estou às ordens para qualquer questionamento, qualquer chamado, que os arquitetos sempre ficaram muito longe desses territórios tradicionais e agora eles nos batem à porta de forma bastante veemente. É um público novo para o profissional arquiteto, o que me levou a voltar para a Faculdade de Arquitetura e tentar formar um quadro técnico para esses órgãos, para que eles possam trabalhar com essas comunidades e ter uma visão mais culturalista da Arquitetura, uma visão mais humana da Arquitetura e fazer arquiteturas abertas, arquiteturas sem projetos.

Arquiteturas que não têm começo, meio e fim; arquiteturas que vocês sempre fizeram sem projeto, fizeram sempre sem arquitetos; nós estamos aí para dialogar, para contribuir, para poder ajudar a vocês a levar a cidadania e a dignidade que vocês merecem e que nunca ouviram essas palavras em nossa República, até pouco tempo. Muito obrigado e até a próxima. (Palmas)



Federico Mendonça: Eu também quero agradecer a todas que vieram. É um esforço que precisamos fazer sim, de dialogar com as diversas lógicas, mas, mais uma vez, o professor aqui foi enfático na necessidade de nós termos algum nível de mobilização social. Ou seja, não adianta só a burocracia, a tecnoburocracia de um órgão tentar se comunicar com a tecnoburocracia do outro; se nós não tivermos a pressão social não vai colar, vai ficar uma coisa fraca; o que dá densidade é, justamente, a demanda social, aquilo que Benito fala, tem que ir, tem que estar demandando, tem que estar solicitando, porque nós somos serviço público, nós temos de atender, não temos condições de atender a todos, ainda, mas o nosso papel é dar o atendimento público.

Então, essas conversas têm como função nos ajudar a entender mais e a definir estratégias de como dar continuidade. Porque isso não vai acabar aqui, pelo contrário, é só arrumar um pouco as ideias e vamos em frente, o trabalho continua.

Nesse aspecto da relação nossa, da cultura com o meio ambiente, o IPAC está desenvolvendo. Desde o ano passado, nós começamos um trabalho pioneiro do Governo do Estado: apoiar ações das universidades na área de Arqueologia. Para a gente é uma novidade: pinturas rupestres, em seis municípios da Chapada Diamantina. E nós estamos fazendo isso com recursos repassados pela Secretaria do Meio Ambiente. E esse é um trabalho que aproxima, que tem nos aproximado; nós estamos lá, nossa coordenadora de educação patrimonial está no município de Seabra hoje, onde nós vamos abrir, na sexta-feira, mais uma exposição resultante da primeira etapa desse projeto em Seabra. São seis municípios; já abrimos em dois e faltam ainda quatro, onde vamos fazer o fechamento dessa etapa. Isso mostra o quê?

Nós temos grupos nos municípios e quando eu falo grupo nos municípios eu não estou falando de sedes municipais, porque muitos sítios ficam em povoados, em área rural, onde a gente está preparando agentes patrimoniais, para eles receberem os visitantes, para eles terem o instrumental e definirem, também, estratégias e logísticas para receber os visitantes. Estamos fazendo alguns exercícios, mas está funcionando, porque temos tido demandas da sociedade local, das sociedades.

Então, acabamos de fazer um reconhecimento, fizemos o tombamento estadual de três conjuntos arquitetônicos no município chamado Wagner; são três conjuntos arquitetônicos resultantes de uma Missão Presbiteriana, que veio no começo do século passado e foram para o interior da Bahia, para esse município de Wagner, com a tripla missão: saúde, educação e evangelização, e construíram con-

5 Fundação Cultural Palmares

juntos arquitetônicos muito impressionantes, que nós reconhecemos como um patrimônio estadual. Também descobrimos a primeira capital do município de Iraquara, chamada Iraporanga ou Vila do Parnaíba, cujo estado de conservação e de representatividade daquela época de garimpagem está tão bom que nós notificamos também a Prefeitura, reconhecendo Iraporanga como patrimônio estadual. Acho que estamos realmente trabalhando e que esses momentos são muito ricos. Agradecemos as demandas de todos que eu vejo aqui, conhecidos ou desconhecidos, quando nos provocam, porque é assim que a gente vai crescer. Agradeço mais uma vez ao Conselho de Cultura por nos abrigar aqui nesses debates. Esperamos estar juntos de novo, no final do próximo mês. Obrigado. (Palmas).



Araken Sampaio: Bom, frente a tantas lições de vidas, frente a tanta sabedoria, só nos resta dizer que foi um privilégio tê-los aqui, porque esse é o papel do Conselho, estar sempre em contato com a sociedade; nem sempre logramos, mas, hoje, conseguimos, de forma que nos deixa muito feliz. Muito obrigado a todos e boa noite. (Palmas)